



Centro Administrativo

SIMULADO ESPECIAL

SEFAZ SC

**Auditor Estadual de Finanças Públicas
Ciências Econômicas
Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-SC**, cargo de **Auditor Estadual de Finanças Públicas - Ciências Econômicas**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/kpm4SXB2CcTyegP68>

1- ABCDE	21- ABCDE	41- ABCDE	61- ABCDE	81- ABCDE	101- ABCDE	121- ABCDE	141- ABCDE	161- ABCDE
2- ABCDE	22- ABCDE	42- ABCDE	62- ABCDE	82- ABCDE	102- ABCDE	122- ABCDE	142- ABCDE	162- ABCDE
3- ABCDE	23- ABCDE	43- ABCDE	63- ABCDE	83- ABCDE	103- ABCDE	123- ABCDE	143- ABCDE	163- ABCDE
4- ABCDE	24- ABCDE	44- ABCDE	64- ABCDE	84- ABCDE	104- ABCDE	124- ABCDE	144- ABCDE	164- ABCDE
5- ABCDE	25- ABCDE	45- ABCDE	65- ABCDE	85- ABCDE	105- ABCDE	125- ABCDE	145- ABCDE	165- ABCDE
6- ABCDE	26- ABCDE	46- ABCDE	66- ABCDE	86- ABCDE	106- ABCDE	126- ABCDE	146- ABCDE	166- ABCDE
7- ABCDE	27- ABCDE	47- ABCDE	67- ABCDE	87- ABCDE	107- ABCDE	127- ABCDE	147- ABCDE	167- ABCDE
8- ABCDE	28- ABCDE	48- ABCDE	68- ABCDE	88- ABCDE	108- ABCDE	128- ABCDE	148- ABCDE	168- ABCDE
9- ABCDE	29- ABCDE	49- ABCDE	69- ABCDE	89- ABCDE	109- ABCDE	129- ABCDE	149- ABCDE	169- ABCDE
10- ABCDE	30- ABCDE	50- ABCDE	70- ABCDE	90- ABCDE	110- ABCDE	130- ABCDE	150- ABCDE	170- ABCDE
11- ABCDE	31- ABCDE	51- ABCDE	71- ABCDE	91- ABCDE	111- ABCDE	131- ABCDE	151- ABCDE	171- ABCDE
12- ABCDE	32- ABCDE	52- ABCDE	72- ABCDE	92- ABCDE	112- ABCDE	132- ABCDE	152- ABCDE	172- ABCDE
13- ABCDE	33- ABCDE	53- ABCDE	73- ABCDE	93- ABCDE	113- ABCDE	133- ABCDE	153- ABCDE	173- ABCDE
14- ABCDE	34- ABCDE	54- ABCDE	74- ABCDE	94- ABCDE	114- ABCDE	134- ABCDE	154- ABCDE	174- ABCDE
15- ABCDE	35- ABCDE	55- ABCDE	75- ABCDE	95- ABCDE	115- ABCDE	135- ABCDE	155- ABCDE	175- ABCDE
16- ABCDE	36- ABCDE	56- ABCDE	76- ABCDE	96- ABCDE	116- ABCDE	136- ABCDE	156- ABCDE	176- ABCDE
17- ABCDE	37- ABCDE	57- ABCDE	77- ABCDE	97- ABCDE	117- ABCDE	137- ABCDE	157- ABCDE	177- ABCDE
18- ABCDE	38- ABCDE	58- ABCDE	78- ABCDE	98- ABCDE	118- ABCDE	138- ABCDE	158- ABCDE	178- ABCDE
19- ABCDE	39- ABCDE	59- ABCDE	79- ABCDE	99- ABCDE	119- ABCDE	139- ABCDE	159- ABCDE	179- ABCDE
20- ABCDE	40- ABCDE	60- ABCDE	80- ABCDE	100- ABCDE	120- ABCDE	140- ABCDE	160- ABCDE	180- ABCDE

RANKING

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategi.ac/zqobsw>

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4AlcZMn>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1**

Num mundo inundado de informações irrelevantes, clareza é poder. Em teoria, qualquer um pode se juntar ao debate sobre o futuro da humanidade, mas é muito difícil manter uma visão lúcida. Muitas vezes, nem sequer percebemos que um debate está acontecendo, ou quais são suas questões cruciais. Bilhões de nós dificilmente podem se permitir o “luxo” de investigá-las, pois temos coisas mais urgentes para fazer, como trabalhar, tomar conta das crianças, ou cuidar dos pais idosos. Infelizmente, a história não poupa ninguém. Se o futuro da humanidade for decidido em sua ausência, porque você está ocupado demais alimentando e vestindo seus filhos – você e eles não estarão eximidos das consequências. Isso é muito injusto, mas quem disse que a história é justa?

Como historiador, não posso dar às pessoas alimento ou roupas – mas posso tentar oferecer alguma clareza, ajudando assim a equilibrar o jogo global. Se isso capacitar ao menos mais um punhado de pessoas a participar do debate sobre o futuro da nossa espécie, terei realizado minha tarefa.

Meu primeiro livro, *Sapiens*, investigou o passado humano, examinando como um macaco insignificante dominou a Terra. *Homo Deus*, meu segundo livro, explorou o futuro da vida a longo prazo, contemplando como os humanos finalmente se tornarão deuses, e qual pode ser o destino final da inteligência e da consciência.

Neste livro quero analisar mais de perto o aqui e o agora. Meu foco está nas questões atuais e no futuro imediato das sociedades humanas. O que está acontecendo neste momento? Quais são os maiores desafios e escolhas de hoje? Qual deve ser o foco de nossa atenção? O que devemos ensinar a nossos filhos?

HARARI, Yuval Noah. 21 lições para o século 21. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 11-12.

1. Ao analisar o atual debate sobre o futuro da humanidade, o autor considera que
- a) é fácil perceber que há uma importante discussão ocorrendo.

- b) cuidar da família é um luxo que poucas pessoas obtêm.
- c) tem algum poder para ajudar a equilibrar o jogo global.
- d) o futuro da humanidade já está definido.
- e) a história, apesar de não parecer, é sempre justa.

2. Consideradas as ideias expostas no texto, identifica-se uma oposição entre:

- a) debater sobre o futuro da humanidade e manter uma visão lúcida
- b) tomar conta das crianças e cuidar dos pais idosos
- c) investigar o passado humano e um macaco insignificante dominar a Terra
- d) o que está acontecendo neste momento e os maiores desafios de hoje
- e) o foco de nossa atenção e o ensinamento de nossos filhos

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) investigou o passado humano = condenou a história da humanidade
- b) futuro da vida a longo prazo = destino imediato da existência humana
- c) um punhado de pessoas = um pequeno grupo de indivíduos
- d) inundado de informações irrelevantes = desprovido de informações importantes
- e) a história não poupa ninguém = os eventos históricos não reduzem a nossa importância

4. Exerce a função sintática de sujeito o termo sublinhado na seguinte oração:

- a) manter uma visão lúcida.
- b) a história não poupa ninguém
- c) não estarão eximidos das consequências
- d) quem disse que a história é justa
- e) Sapiens, investigou o passado humano

“Bilhões de nós dificilmente podem se permitir o ‘luxo’ de investigá-las, pois temos coisas mais urgentes para fazer, como trabalhar, tomar conta das crianças, ou cuidar dos pais idosos.” (1ª PARÁGRAFO)

5. No contexto em que se encontram, os elementos sublinhados expressam, respectivamente, ideia de

- a) explicação e exemplificação
- b) causa e causa
- c) causa e conformidade
- d) explicação e comparação
- e) conclusão e comparação

- *podem se permitir o “luxo” de investigá-las*

- *Se o futuro da humanidade for decidido em sua ausência*

- *Isso é muito injusto*

6. Os termos sublinhados acima referem-se no contexto, respectivamente, a:

- a) informações irrelevantes – o leitor – consequências
- b) informações irrelevantes – humanidade – o fato de o leitor alimentar e vestir seus filhos
- c) questões cruciais – o leitor – leitor e filhos não serão eximidos das consequências
- d) questões cruciais – história – o fato de o leitor alimentar e vestir seus filhos
- e) coisas mais urgentes – o leitor – leitor e filhos não serão eximidos das consequências

TEXTO 2

A viajante

Com franqueza, não me animo a dizer que você não vá.

Eu, que sempre andei no rumo de minhas venetas, e tantas vezes troquei o sossego de uma casa pelo assanhamento triste dos ventos da vagabundagem, eu não direi que fique.

Em minhas andanças, eu quase nunca soube se estava fugindo de alguma coisa ou caçando outra. Você talvez esteja fugindo de si mesma, e a si mesma caçando; nesta brincadeira boba passamos todos, os inquietos, a maior parte da vida – e às vezes reparamos que é ela que se vai, está sempre indo, e nós (às vezes) estamos apenas quietos, vazios, parados, ficando. Assim estou eu. E não é sem melancolia que me preparo para ver você sumir na curva do rio – você que não chegou a entrar na minha vida, que não pisou na minha barraca, mas, por um instante, deu um movimento mais alegre à corrente, mais brilho às espumas e mais doçura ao murmúrio das águas. Foi um belo momento, que resultou triste, mas passou.

Apenas quero que dentro de si mesma haja, na hora de partir, uma determinação austera e suave de não esperar muito; de não pedir à viagem alegrias muito maiores que a de alguns momentos. Como este, sempre maravilhoso, em que no bojo da noite, na poltrona de um avião ou de um trem, ou no convés de um navio, a gente sente que não está deixando apenas uma cidade, mas uma parte da vida, uma pequena multidão de caras e problemas e inquietações que pareciam eternas e fatais e, de repente, somem como a nuvem que fica para trás. Esse instante de libertação é a grande recompensa do vagabundo; só mais tarde ele sente que uma pessoa é feita de muitas almas, e que várias, dele, ficaram penando na cidade abandonada. E há também instantes bons, em terra estrangeira melhores que o das excitações e descobertas, e as súbitas visões de beleza sonhadas. São aqueles momentos mansos em que, de uma janela ou da mesa de um bar, ele vê, de repente, a cidade estranha, no palor do crepúsculo, respirar suavemente como velha amiga, e reconhece que aquele perfil de casas e chaminés já é um pouco, e docemente, coisa sua.

[...]

(BRAGA, Rubem. 200 crônicas escolhidas. 31ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2010. Adaptado.)

7. Segundo o texto, ao sair de sua cidade,

- a) o viajante jamais poderá reconhecer a terra estrangeira como sendo parte de si.
- b) é possível se libertar de uma vida inteira de problemas e inquietações.
- c) reconhece-se que a experiência de conhecer uma cidade estrangeira é sempre mais gratificante do que os momentos de despedida.
- d) o viajante deixa para trás não apenas um lugar, mas também um fragmento de sua vida.
- e) o que se quer é apenas escapar de conflitos pessoais que o acompanham.

ele vê, de repente, a cidade estranha, no palor do crepúsculo, respirar suavemente como velha amiga... (4º parágrafo)

8. No trecho acima, observa-se a figura de linguagem conhecida como

- a) antítese
- b) eufemismo
- c) hipérbole
- d) pleonismo
- e) personificação

9. O termo empregado para retomar uma palavra anteriormente usada no texto está sublinhado em:

- a) e às vezes reparamos que é ela que se vai
- b) Foi um belo momento, que resultou triste, mas passou
- c) Apenas quero que dentro de si mesma haja
- d) a gente sente que não está deixando apenas uma cidade
- e) reconhece que aquele perfil de casas e chaminés

10. Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar um deslocamento no seguinte trecho:

- a) Com franqueza, não me animo a dizer que você não vá.
- b) Eu, que sempre andei no rumo de minhas venetas
- c) fugindo de si mesma, e a si mesma caçando
- d) que resultou triste, mas passou.
- e) não está deixando apenas uma cidade, mas uma parte da vida

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

11. Determinado capital foi aplicado a juros simples, à taxa de 16% ao ano, durante 9 meses. Ao término desse prazo, o montante foi integralmente reaplicado, também a juros simples, em duas partes: a maior delas, correspondente a $\frac{3}{5}$ do montante, à taxa de 1,25% ao mês durante 5 meses; a outra, à taxa de 15% ao ano durante 1 ano e 3 meses. Sabendo que os juros dessas duas reaplicações totalizaram R\$ 9.702,00, o capital aplicado inicialmente era igual a

- a) R\$ 75.000,00
- b) R\$ 86.240,00
- c) R\$ 77.000,00
- d) R\$ 63.000,00
- e) R\$ 70.560,00

12. Uma aplicação financeira de 1 ano, remunerada a juros compostos à taxa nominal de 20% ao ano, com capitalização semestral, gerou R\$ 8.400,00 de juros. Outra aplicação, de mesmo capital inicial, foi realizada a juros simples, à taxa de 12% ao ano, pelo prazo de 1 ano e 8 meses. O montante dessa segunda aplicação, ao final do prazo, foi de

- a) R\$ 50.400,00
- b) R\$ 48.000,00
- c) R\$ 48.640,00
- d) R\$ 51.072,00
- e) R\$ 48.400,00

13. Um capital foi aplicado durante 2 anos, em regime de capitalização contínua, à taxa de 10% ao ano. Nesse período, a inflação foi de 4% no primeiro ano e de 5% no segundo ano. Sendo e a base dos logaritmos neperianos, a taxa real de juros dessa aplicação, no período total de 2 anos, é dada por

a) $e^{0,2} - 1,092$

b) $\frac{e^{0,2}}{1,09} - 1$

c) $\frac{1,21}{1,092} - 1$

d) $\frac{e^{0,2}}{1,092} - 1$

e) $\frac{e^{0,1}}{1,092} - 1$

14. Em uma mesma data, uma empresa descontou dois títulos em um banco que opera com taxa de desconto de 2% ao mês. Um deles, com vencimento para daqui a 5 meses, foi descontado pelo critério do desconto racional simples; o outro, com vencimento para daqui a 2 meses, pelo critério do desconto comercial simples. Os dois títulos tiveram o mesmo valor atual, e o valor nominal do título descontado pelo critério racional superava em R\$ 1.680,00 o do outro título. O valor total recebido pela empresa nessa operação foi de

a) R\$ 56.000,00

b) R\$ 57.600,00

c) R\$ 48.384,00

d) R\$ 61.680,00

e) R\$ 47.250,00

15. Uma empresa tem duas obrigações com um fornecedor: R\$ 42.000,00, vencível daqui a 1 ano, e R\$ 21.000,00, vencível daqui a 2 anos. Em negociação, as partes acordaram substituí-las por dois pagamentos de mesmo valor, vencíveis daqui a 3 anos e daqui a 4 anos, adotando-se a taxa de juros compostos de 10% ao ano. O valor de cada um desses pagamentos é igual a

a) R\$ 36.960,00

b) R\$ 40.656,00

c) R\$ 35.200,00

d) R\$ 38.720,00

e) R\$ 38.000,00

16. Os projetos de investimento A e B, mutuamente excludentes, exigem o mesmo desembolso inicial D, na data 0, e têm os fluxos de caixa apresentados no quadro a seguir.

Ano	Projeto A (R\$)	Projeto B (R\$)
0	-D	-D
1	15.400,00	X
2	10.890,00	15.840,00

A taxa interna de retorno (TIR) do projeto A é igual a 10% ao ano, ao passo que a do projeto B é igual a 20% ao ano. Nessas condições, o valor de X é igual a

a) R\$ 12.000,00

b) R\$ 17.280,00

c) R\$ 10.900,00

d) R\$ 11.275,00

e) R\$ 14.400,00

17. Um imóvel de R\$ 400.000,00 foi adquirido com entrada correspondente a 40% de seu valor. O saldo foi financiado em 48 prestações mensais e consecutivas, a primeira com vencimento 1 mês após a compra, pelo Sistema de Amortização Misto (SAM), com taxa de juros de 2% ao mês. Dado que, para essa taxa e esse número de prestações, o fator de recuperação de capital é 0,0326, a 25ª prestação do financiamento corresponde a

a) R\$ 7.612,00

b) R\$ 7.824,00

c) R\$ 6.412,00

d) R\$ 7.562,00

e) R\$ 7.400,00

RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

18. Os auditores fiscais Adriana, Breno, Cíntia, Diego e Estela revezam-se no plantão de um posto fiscal, sempre nessa ordem e de forma cíclica, de modo que, após o plantão de Estela, o plantão seguinte cabe a Adriana. Cada plantão dura um dia inteiro e é cumprido por um único auditor. O posto funciona de segunda-feira a sábado, inclusive nos feriados, e permanece fechado aos domingos, dias em que o rodízio não avança. Na segunda-feira, 2 de março de 2026, o plantão coube a Breno.

Com base nessas informações, o dia 30 de maio de 2026 foi

- a) um sábado, e o plantão coube a Adriana.
- b) uma sexta-feira, e o plantão coube a Diego.
- c) um domingo, dia em que o posto esteve fechado.
- d) um sábado, e o plantão coube a Diego.
- e) um sábado, e o plantão coube a Cíntia.

19. Após a abordagem de um caminhão em um posto fiscal, um auditor registrou em seu relatório as seguintes afirmações a respeito da carga transportada:

- I. A nota fiscal acompanhava a carga e o ICMS não foi recolhido.
- II. Ou a carga foi liberada, ou o auto de infração foi lavrado.
- III. O ICMS foi recolhido e a carga foi liberada.
- IV. O auto de infração foi lavrado se, e somente se, o ICMS não foi recolhido.
- V. Se a carga foi liberada, então o auto de infração foi lavrado.

Sabendo que exatamente uma dessas afirmações é falsa, conclui-se que

- a) a nota fiscal acompanhava a carga e o auto de infração foi lavrado.
- b) o ICMS foi recolhido e a carga não foi liberada.
- c) se o auto de infração foi lavrado, então a carga foi liberada.

d) a carga foi liberada ou o ICMS foi recolhido.

e) a nota fiscal não acompanhava a carga se, e somente se, o auto de infração foi lavrado.

20. Em uma operação de fiscalização, os auditores fiscais Fábio, Gisele, Hugo e Irene atuaram, cada um, em um município diferente de Santa Catarina: Blumenau, Chapecó, Joinville e Lages. Os números de empresas fiscalizadas por esses auditores foram, não necessariamente nessa ordem, 6, 8, 10 e 12. Sabe-se que:

- Juntos, Gisele e Irene fiscalizaram 22 empresas;
- O auditor que atuou em Chapecó fiscalizou 4 empresas a mais do que Hugo;
- Irene não atuou em Chapecó nem em Blumenau;
- O auditor que atuou em Lages fiscalizou menos empresas do que o auditor que atuou em Blumenau;
- Fábio não atuou em Blumenau.

Nessas condições, é correto afirmar que

- a) Irene atuou em Lages e fiscalizou 10 empresas.
- b) Fábio atuou em Lages e fiscalizou 8 empresas.
- c) Gisele atuou em Chapecó e fiscalizou 10 empresas.
- d) Irene atuou em Joinville e fiscalizou 12 empresas.
- e) Hugo atuou em Blumenau e fiscalizou 8 empresas.

21. Considere a sequência infinita a seguir, construída a partir de um padrão lógico.

5, 50, 3, 9, 47, 8, 13, 44, 13, 17, 41, 18, ...

Seja p a posição ocupada pelo primeiro termo negativo dessa sequência. O termo que ocupa a posição $2p$ é igual a

- a) 141
- b) 178
- c) 145
- d) 137
- e) 149

22. O acesso a um sistema de uma secretaria de fazenda é protegido por uma senha formada por 4 algarismos distintos. Após cada tentativa de acesso, o sistema informa quantos dos algarismos digitados pertencem à senha e estão na posição correta e quantos pertencem à senha, mas estão em posição errada. A tabela mostra as três tentativas feitas por um servidor e as respectivas respostas do sistema.

Tentativa	Posição				Na posição correta	Em posição errada
	1ª	2ª	3ª	4ª		
1ª	7	5	2	9	0	2
2ª	8	2	0	5	0	4
3ª	5	2	8	0	2	2

Com base nessas informações, a senha correta é

- a) 2850
- b) 5082
- c) 0852
- d) 5820
- e) 2058

23. Seis postos fiscais, identificados pelas letras A, B, C, D, E e F, estão instalados em pontos distintos de uma rodovia retilínea que segue na direção leste-oeste. Dois postos são vizinhos quando não há outro posto entre eles. Sobre a localização desses postos, sabe-se que:

- Há exatamente dois postos a oeste do posto C;
- O posto A fica a leste do posto E, mas não é o posto mais a leste de todos;
- Entre os postos B e F há exatamente um posto;
- O posto D é vizinho do posto A e fica a leste dele;
- Os postos F e A não são vizinhos.

Nessas condições, é correto afirmar que

- a) o posto B fica imediatamente a oeste do posto A.
- b) o posto F fica imediatamente a oeste do posto A.
- c) o posto C fica imediatamente a leste do posto D.
- d) o posto D fica entre os postos B e F.
- e) o posto B é o posto mais a leste de todos.

24. Em 2025, a arrecadação de ICMS de certo estado totalizou R\$ 20 bilhões, dos quais R\$ 9 bilhões vieram do setor de combustíveis, R\$ 5 bilhões vieram do setor de energia elétrica e o restante veio dos demais setores da economia. Em 2026, em comparação com 2025, a arrecadação proveniente do setor de combustíveis cresceu 20%, a do setor de energia elétrica caiu 10% e a dos demais setores cresceu 5%.

De 2025 para 2026, a participação do setor de combustíveis na arrecadação total de ICMS desse estado

- a) aumentou 9 pontos percentuais.
- b) aumentou cerca de 2 pontos percentuais.
- c) aumentou cerca de 11,1 pontos percentuais.
- d) aumentou 5 pontos percentuais.
- e) aumentou 20 pontos percentuais.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

25. Em determinada unidade administrativa, foram registrados os seguintes tempos, em minutos, necessários para concluir uma rotina de conferência documental:

12, 15, 15, 18, 20, 20, 20, 23, 25, 32

Considerando o conjunto de dados como uma população, é correto afirmar que a

- a) média é igual a 20,5 minutos, a mediana é igual a 19 minutos e a amplitude é igual a 20 minutos.
- b) média é igual a 20 minutos, a moda é igual a 20 minutos e a amplitude é igual a 18 minutos.
- c) mediana é igual a 19 minutos, a moda é igual a 20 minutos e a amplitude é igual a 20 minutos.
- d) média é igual a 20 minutos, a mediana é igual a 20 minutos e a amplitude é igual a 20 minutos.
- e) média é igual a 20,5 minutos, a mediana é igual a 20 minutos e a amplitude é igual a 18 minutos.

26. Uma comissão deverá selecionar 4 servidores distintos dentre 9 servidores para compor uma equipe de fiscalização. Após a seleção, os quatro servidores ocuparão, respectivamente, as funções de coordenador, analista, secretário e apoio, sendo que cada função será ocupada por apenas um servidor.

Nessas condições, o número de equipes distintas que podem ser formadas é

- a) 126.
- b) 1512.
- c) 504.
- d) 6561.
- e) 3024.

27. Uma variável aleatória contínua X , que representa o tempo, em horas, necessário para concluir determinado procedimento, possui distribuição normal com média de 10 horas e desvio-padrão de 2 horas.

Considerando que, para a distribuição normal padrão,

$$P(Z, \leq 15) = 0,9332$$

e

$$P(Z, \leq -15) = 0,0668,$$

a probabilidade de um procedimento escolhido ao acaso ser concluído entre 7 e 13 horas é

- a) 0,6826.
- b) 0,8413.
- c) 0,8664.
- d) 0,9332.
- e) 0,9974.

28. Em uma auditoria, deseja-se estimar a média μ de determinada variável de interesse de uma população. Uma amostra aleatória simples de 64 elementos apresentou média amostral igual a 48. Admita-se que o desvio-padrão populacional seja conhecido e igual a 8.

Considerando um nível de confiança de 95% e $z_{0,975} = 1,96$, o intervalo de confiança para μ é

- a) $[46,04; 49,96]$.
- b) $[46,40; 49,60]$.
- c) $[47,02; 48,98]$.
- d) $[45,92; 50,08]$.
- e) $[44,16; 51,84]$.

29. Em uma auditoria, a variável aleatória X representa o número de ocorrências de uma irregularidade contábil em um conjunto de documentos, e admite-se que X siga uma distribuição de Poisson com parâmetro $\lambda = 2$.

A probabilidade de que, em um conjunto escolhido aleatoriamente, ocorram exatamente 3 irregularidades é dada por

$$P(X = 3) = \frac{e^{-2} 2^3}{3!}.$$

Considerando $e^{-2} \approx 0,1353$, o valor aproximado dessa probabilidade é

- a) 0,0902.
- b) 0,1804.
- c) 0,2706.
- d) 0,3616.
- e) 0,5412.

30. Em uma análise de dados de execução orçamentária, foram observados os seguintes pares (x, y) , em que x representa o número de ações de fiscalização realizadas e y , o valor recuperado, em milhares de reais:

x	1	2	3	4
y	10	14	15	21

Considere o modelo de regressão linear simples

$$\hat{y} = a + bx.$$

Sabendo que

$$\bar{x} = 2,5 \text{ e } \bar{y} = 15,$$

e que

$$\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y}) = 17,$$

o valor estimado de y quando $x = 5$ é

- a) 23,5.
- b) 24,0.
- c) 25,0.
- d) 25,5.
- e) 27,0.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. Em determinado Estado, o secretário da Fazenda, na condição de responsável pela gestão de recursos públicos, apresentou suas contas ao Tribunal de Contas. No mesmo período, o governador prestou as contas anuais de seu governo. Considerando a repartição constitucional das competências de controle externo, é correto afirmar que

- a) compete exclusivamente à Assembleia Legislativa julgar as duas prestações de contas, cabendo ao Tribunal de Contas apenas fornecer informações técnicas, sem emitir parecer prévio.
- b) o Tribunal de Contas julgará definitivamente ambas as contas, pois todos os agentes públicos estão sujeitos à fiscalização externa.

- c) o Tribunal de Contas julgará as contas do secretário e emitirá parecer prévio sobre as contas anuais do governador, a serem julgadas pela Assembleia Legislativa.
- d) o Tribunal de Contas emitirá parecer prévio sobre as contas do secretário e julgará as contas anuais do governador.
- e) as contas do governador serão julgadas pela Assembleia Legislativa após parecer prévio do Tribunal de Contas, mas as do secretário serão julgadas pelo controle interno do Executivo.

32. Para reorganizar a administração estadual, o governador encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de lei específica que prevê a criação de uma autarquia e a instituição de uma empresa pública. À luz da CF/1988, a aprovação desse projeto

- a) criará tanto a autarquia quanto a empresa pública, atribuindo personalidade jurídica a ambas com a publicação da lei.
- b) apenas autorizará a criação da autarquia, enquanto a empresa pública poderá ser instituída por decreto do governador.
- c) será desnecessária se o governador editar decreto sobre a organização das duas entidades e comunicar o ato à Assembleia Legislativa.
- d) criará a autarquia e autorizará a instituição da empresa pública, que não surgirá automaticamente com a publicação da lei.
- e) deverá ocorrer por lei complementar para a autarquia e por lei ordinária para a empresa pública, que será criada diretamente por esta última.

33. Ao encerrar o exercício financeiro, um Estado registrou como despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino o equivalente a 26% da receita de impostos considerada para esse fim. Desse total, uma parcela equivalente a 2 pontos percentuais foi usada para pagar aposentadorias. Em ações e serviços públicos de saúde, aplicou 13% da respectiva base legal. Considerados os mínimos nacionais, o Estado

- a) não atingiu o mínimo do ensino, pois as aposentadorias devem ser excluídas do cálculo, mas superou o piso de aplicação em saúde.
- b) cumpriu ambos os mínimos, porque as aposentadorias dos antigos profissionais da educação podem integrar o percentual destinado ao ensino.
- c) cumpriu apenas o mínimo do ensino, pois a aplicação estadual em saúde deve alcançar pelo menos 15%.
- d) descumpriu os dois mínimos, já que as aposentadorias não contam para o ensino e a saúde estadual exige aplicação de 18%.
- e) poderá compensar a insuficiência do ensino com o valor aplicado em saúde acima do mínimo, desde que mantenha a soma das despesas.

34. Carolina solicitou a uma empresa privada de proteção ao crédito acesso às informações mantidas sobre ela em um cadastro consultado por terceiros. A empresa recusou expressamente o pedido. Nessa situação, de acordo com a CF/1988, Carolina

- a) não poderá usar o *habeas data*, pois a natureza privada da empresa afasta essa garantia constitucional, ainda que o cadastro disponibilize informações a terceiros.
- b) deverá impetrar mandado de segurança coletivo, pois o acesso a dados pessoais mantidos por empresa privada exige a atuação de associação constituída há pelo menos um ano.
- c) poderá propor ação popular, uma vez que a divulgação de informações por empresa privada

constitui, por si só, ato lesivo à moralidade administrativa e ao patrimônio público.

- d) deverá impetrar mandado de injunção, pois a recusa de acesso demonstra a falta de norma regulamentadora do direito constitucional à proteção de dados pessoais.
- e) poderá impetrar *habeas data* para conhecer as informações relativas à sua pessoa, pois o cadastro tem caráter público, sendo gratuita a ação.

35. De acordo com a CF/1988, no âmbito da competência concorrente para legislar sobre direito financeiro

- a) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados ficam impedidos de legislar até que a União exerça sua competência.
- b) na ausência de lei federal sobre normas gerais, o Estado exerce competência legislativa plena; lei federal posterior suspende a eficácia das disposições estaduais que lhe forem contrárias.
- c) a edição posterior de normas gerais federais revoga integralmente a lei estadual anterior, inclusive na parte compatível com a legislação da União.
- d) compete à União editar normas gerais e aos Estados apenas executá-las administrativamente, sendo vedada a edição de leis estaduais suplementares sobre direito financeiro.
- e) os Estados podem editar normas gerais nacionais de direito financeiro quando considerarem insuficiente a lei federal, afastando sua aplicação no território estadual.

36. De acordo com a CF/1988, no exercício de sua função de agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado

- a) estabelece planejamento obrigatório para todas as empresas privadas, pois as metas públicas prevalecem integralmente sobre a livre iniciativa.
- b) pode explorar diretamente qualquer atividade econômica de seu interesse, desde que o faça por empresa pública sujeita ao direito privado.
- c) exerce funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- d) exerce fiscalização e planejamento, mas não pode incentivar atividades econômicas, função reservada às entidades privadas autorizadas por lei.
- e) deve explorar diretamente as atividades econômicas como regra, deixando à iniciativa privada apenas aquelas sem relevante interesse coletivo.

37. De acordo com a CF/1988, o Presidente da República pode, mediante decreto,

- a) criar órgãos públicos federais para reorganizar a administração, desde que a medida não acarrete aumento de despesa.
- b) extinguir cargos públicos ocupados, desde que coloque seus titulares em disponibilidade e preserve sua remuneração.
- c) extinguir órgãos da administração federal quando a medida for proposta pelo ministro competente e não elevar as despesas.
- d) dispor sobre a organização da administração federal, sem aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos, e extinguir funções ou cargos vagos.
- e) criar funções públicas para substituir cargos vagos extintos, desde que o custo das novas funções não ultrapasse a economia obtida com as extinções.

38. De acordo com as regras atuais da CF/1988 sobre a perda da nacionalidade brasileira

- a) a aquisição voluntária de outra nacionalidade provoca automaticamente a perda da brasileira, mesmo sem pedido expresso.
- b) a naturalização pode ser cancelada administrativamente quando o naturalizado praticar conduta considerada nociva ao interesse nacional.
- c) o pedido expresso de perda da nacionalidade é admitido mesmo que produza apatridia, desde que apresentado à autoridade brasileira competente.
- d) o cancelamento judicial da naturalização pode decorrer de fraude no processo ou da prática de qualquer crime doloso após sua conclusão.
- e) a aquisição de outra nacionalidade não provoca, por si só, a perda da brasileira, e o pedido expresso de perda não pode gerar apatridia.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA*Rodrigo Bet*

39. Em determinado município catarinense, Joana, reconhecidamente pobre na forma da lei, foi informada de que deveria pagar pelo registro e pela certidão de adoção de menor. Em situação distinta, Carlos apresentou requerimento administrativo para que fosse suprida omissão do Poder Público que tornava inviável o exercício de direito constitucional, mas a autoridade afirmou que poderia analisar o pedido em até sessenta dias.

À luz da Constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.

- a) A cobrança feita a Joana é válida, pois a gratuidade constitucional alcança apenas o registro civil e a certidão de nascimento, enquanto o prazo informado a Carlos está correto.
- b) A cobrança feita a Joana é inválida, mas a omissão administrativa somente precisa ser suprida após provocação judicial do interessado.
- c) A cobrança feita a Joana é inválida e a omissão deve ser suprida, na esfera administrativa, no prazo de trinta dias contado do requerimento, sem prejuízo da utilização de medidas judiciais.
- d) A cobrança feita a Joana é válida, salvo se houver decisão judicial específica reconhecendo a gratuidade, e o prazo para suprir a omissão é de trinta dias úteis.
- e) A cobrança feita a Joana é inválida, pois todos os atos de registro civil são gratuitos a qualquer cidadão, e a omissão deve ser suprida em quinze dias.

40. Durante fiscalização financeira estadual, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina solicitou ao Tribunal de Contas informações sobre auditoria realizada em órgão do Poder Executivo. Paralelamente, a Administração encaminhou ao Tribunal atos de nomeação para cargos exclusivamente em comissão, para fins de registro, e sustentou que caberia ao próprio Tribunal julgar as contas anuais do Governador.

Considerando as competências previstas na Constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal de Contas deve prestar as informações solicitadas em até sessenta dias, registrar as nomeações para cargos em comissão e julgar as contas anuais do Governador.
- b) O Tribunal de Contas pode recusar as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa quando a auditoria tiver sido realizada por iniciativa própria, mas deve apreciar para registro todas as admissões de pessoal.
- c) O Tribunal de Contas deve prestar as informações solicitadas em até trinta dias e julgar as contas anuais do Governador, cabendo à Assembleia Legislativa apenas acompanhar o respectivo processo.
- d) O Tribunal de Contas deve prestar as informações solicitadas em até trinta dias; as nomeações para cargo de provimento em comissão são excepcionadas da apreciação para fins de registro; e as contas anuais do Governador são objeto de parecer prévio, e não de julgamento pelo Tribunal.
- e) O Tribunal de Contas somente pode prestar informações por solicitação do Presidente da Assembleia Legislativa, devendo, contudo, registrar os atos de nomeação em comissão e emitir parecer prévio sobre as contas do Governador em noventa dias.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

41. A respeito das garantias constitucionais e dos remédios postos à disposição do cidadão para coibir o abuso de poder, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição Federal exige o recolhimento prévio de taxa específica para o exercício do direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- b) Conforme disposição expressa do art. 5º, XXXIV, da Constituição Federal, o direito de petição é assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas, para a defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- c) O mandado de segurança é instrumento cabível unicamente contra atos praticados por agentes de pessoas jurídicas de direito público, excluindo-se as atribuições delegadas do Poder Público.
- d) A desapropriação de um bem por prefeito municipal com o intuito de beneficiar ou prejudicar determinado indivíduo consubstancia hipótese de excesso de poder por vício de competência.
- e) A concessão de licença a servidor promovida por autoridade que não possui a devida competência ou delegação caracteriza desvio de finalidade.

42. Considere as disposições expressas da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) relativas à classificação das informações quanto ao grau de sigilo e à proteção de informações pessoais. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A informação classificada no grau reservado permanecerá sob restrição de acesso pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, enquanto a informação secreta vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos.
- b) As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção.

c) A competência para classificar a informação no grau de sigilo ultrassecreto cabe exclusivamente ao Presidente da República, sendo vedada qualquer delegação dessa atribuição a agentes públicos.

d) O consentimento expresso da pessoa a que se referem as informações pessoais será indispensável em qualquer situação, não sendo admitida a divulgação das informações mesmo quando necessária à prevenção e diagnóstico médico do incapaz.

e) O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como ultrassecreta é de 30 (trinta) anos, contados a partir do encerramento do mandato da autoridade que a classificou.

43. O controle da Administração Pública abrange o julgamento de contas, a fiscalização orçamentária e os limites de atuação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A respeito da jurisprudência correlata aos sistemas de controle, assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional norma estadual que concede ao Tribunal de Contas local a prerrogativa de determinar a realização de auditorias aos órgãos de controle interno dos demais Poderes estaduais.
- b) A inércia do Tribunal de Contas estadual em emitir o parecer prévio, quando extrapolado em muito o prazo constitucionalmente estipulado, não impede o Poder Legislativo de julgar as contas anuais do chefe do Poder Executivo estadual.
- c) A pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas que imputa débito a responsável é imprescritível, nos termos do art. 37, § 5º, da Constituição Federal.
- d) A apreciação das contas de gestão prestadas por Prefeitos na qualidade de ordenadores de despesas compete exclusivamente às Câmaras Municipais, cabendo ao Tribunal de Contas a emissão de mero parecer prévio.
- e) O julgamento das contas dos órgãos do Poder Legislativo que auxiliam o controle externo, como o Tribunal de Contas, deve ser efetuado de forma conclusiva pelo próprio plenário da Corte de Contas.

44. Durante a fase de instrução processual de uma ação de improbidade administrativa, o Ministério Público requereu cautelar no decorrer do processo, pleiteando o afastamento provisório do agente do cargo funcional. A respeito da medida de afastamento preventivo regida pelo art. 20 da Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta:

- a) O afastamento preventivo constitui sanção de natureza punitiva aplicável independentemente do trânsito em julgado.
- b) A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.
- c) O afastamento cautelar acarretará o encerramento do pagamento do subsídio ou vencimento ao servidor durante todo o período em que perdurar a medida.
- d) O afastamento preventivo poderá ser determinado diretamente pela autoridade administrativa responsável pela apuração interna dos fatos.
- e) A medida cautelar de afastamento poderá ser fixada pelo prazo improrrogável de até 180 (cento e oitenta) dias.

45. Considere a situação em que um órgão da Administração Pública Federal efetuou a classificação de determinada informação no grau de sigilo secreto, sob o fundamento de que sua divulgação poderia pôr em risco a vida e a segurança da população. Passados dez anos da data de produção da informação, um cidadão apresentou pedido de desclassificação do documento, requerendo acesso integral ao seu conteúdo. O pedido de desclassificação foi protocolado diretamente perante a autoridade classificadora do respectivo órgão e, em decisão fundamentada, foi indeferido. Nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a afirmativa correta quanto ao procedimento recursal cabível:

- a) O requerente poderá interpor recurso à Controladoria-Geral da União no prazo de dez dias contados da ciência da decisão que indeferiu o pedido de desclassificação.
- b) Negado o pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão ou entidade, pode o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área, e esse recurso será submetido diretamente a essa autoridade, sem necessidade de tramitação hierárquica prévia.
- c) Negado o pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão ou entidade, pode o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área, ressalvado que esse recurso somente pode ser dirigido a esta autoridade depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.
- d) O requerente deverá submeter recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações para reavaliar a classificação, não cabendo recurso ao Ministro de Estado em se tratando de sigilo grau secreto.
- e) O requerente poderá interpor recurso hierárquico no prazo de cinco dias, a contar da ciência da decisão impugnada, devendo a autoridade revisora deliberar no prazo de dez dias.

46. Acerca dos atos de improbidade administrativa e do entendimento dos Tribunais Superiores sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A Defensoria Pública possui legitimidade autônoma e concorrente para propor a ação civil de improbidade administrativa.
- b) A utilização conjunta das Leis n. 8.429/1992 e n. 12.846/2013 para fundamentar uma mesma ação civil configura, por si só, violação ao princípio do *non bis in idem*, acarretando nulidade da inicial.
- c) O foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal em relação às infrações penais comuns é extensível às ações de improbidade administrativa, em razão da gravidade das sanções impostas.
- d) Para fins de indisponibilidade de bens, há solidariedade entre os corréus da ação de improbidade administrativa, sendo permitido e lícito que o bloqueio judicial corresponda ao débito total exigido em relação a cada um dos envolvidos individualmente.
- e) A cassação da aposentadoria de servidor público, como consequência da perda da função pública por ato de improbidade administrativa, é admissível mesmo sem previsão expressa na Lei de Improbidade Administrativa, não configurando confisco ou enriquecimento ilícito do Estado.

47. A responsabilidade civil do Estado e das pessoas jurídicas prestadoras de serviço público é tema frequente em demandas judiciais, possuindo contornos bem definidos pela jurisprudência dos Tribunais Superiores. Com base nesse entendimento jurisprudencial, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado responde solidariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, quando os exames são cancelados por indícios de fraude.
- b) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários do serviço, restando afastada tal objetividade em relação aos terceiros não-usuários.
- c) O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- d) A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo facultado ao ofendido demandar diretamente contra o autor do ato.
- e) Caracteriza-se a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, sendo irrelevante e dispensável a demonstração do nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

48. A Lei nº 14.133/2021 estabeleceu expressamente no seu texto o princípio do desenvolvimento nacional sustentável aplicável às contratações públicas, que deve permear as diversas fases e instrumentos do processo licitatório. Acerca da aplicação e das disposições atinentes a esse princípio na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) A busca pelo desenvolvimento nacional sustentável impõe que, em processos de licitação, o menor preço global ou unitário, conjugado à melhor técnica, prevaleçam sobre a utilização de bens reciclados e recicláveis, vedando-se a criação de margem de preferência baseada apenas em sustentabilidade ambiental.
- b) As licitações públicas devem assegurar que o estudo técnico preliminar contemple unicamente a descrição da finalidade e viabilidade técnica da contratação, sendo que as medidas mitigadoras e os requisitos de baixo consumo devem ser elencados exclusivamente no projeto executivo da obra ou serviço.
- c) O desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas fundamenta a possibilidade da criação de medidas de compensação comercial ou tecnológica a serem observadas por órgãos e entidades da administração, sem possibilidade de aplicar o princípio às questões de proteção ambiental, que têm regulamento apartado.
- d) Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, entre outros, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem a prática de mitigação, que reduza o uso de recursos e emissões.
- e) O atendimento a normas e especificações ambientais na licitação e contratação pública garante a escolha da proposta pautada no aspecto econômico em sentido estrito, por não se admitir contratação por valor superior por empresas que adotam critérios ambientais ou que geram emprego e renda.

49. A Administração Pública, no exercício de suas prerrogativas contratuais e buscando assegurar a regularidade da execução dos contratos administrativos, estabelece mecanismos de fiscalização e atuação. No tocante a essas prerrogativas, denominadas cláusulas exorbitantes na Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta:

- a) A administração é obrigada a manter, no local da obra ou do serviço, um preposto por ela designado, sendo este o único responsável por assumir a responsabilidade civil objetiva pela precisão das informações e regularização das faltas observadas.
- b) Em decorrência do princípio da excepcionalidade dos contratos administrativos, a legislação veda a contratação de terceiros para assistir os fiscais de contrato, exigindo-se que a atividade de fiscalização e assessoramento seja privativa dos servidores públicos de controle interno da Administração.
- c) Nos contratos firmados pela Administração Pública, caso haja atraso superior a sessenta dias, contado do vencimento das obrigações contratuais, o contratado poderá opor imediatamente a exceção do contrato não cumprido, suspendendo os serviços, independentemente de ocorrência de estado de calamidade pública.
- d) Quando as medidas para a regularização de faltas ou defeitos na execução do contrato ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, este deverá adotar providências cautelares imediatas para extinção do contrato, substituindo a autoridade superior no ato para evitar prejuízo ao erário.
- e) É permitido à administração a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar o fiscal do contrato com informações, sendo que essa contratação não eximirá de responsabilidade o fiscal, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado, o qual não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato.

50. O prazo de duração dos contratos administrativos obedece a limites e regras específicas estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, que variam de acordo com a natureza, os investimentos exigidos e o objeto da avença. Acerca da vigência dos contratos, assinale a alternativa correta:

- a) O prazo máximo aplicável aos contratos de aluguel de equipamentos e de utilização de programas de informática é de quinze anos, por se tratarem de operação continuada de sistemas estruturantes, cuja descontinuidade pode comprometer a atuação dos órgãos públicos.
- b) Os contratos cujo objeto é a prestação de serviços com o objetivo de proporcionar economia ao contratante terão duração de até 35 anos, desde que o ente público seja usuário do serviço oferecido em regime de monopólio com previsão orçamentária atestada no plano plurianual (PPA).
- c) Os contratos em que a administração for usuária de serviço público, quando os serviços forem oferecidos em regime de monopólio, poderão ter vigência por prazo indeterminado, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.
- d) Na contratação que gere receita para a administração, os prazos de duração serão de até 10 anos quando houver exigência legal de elaboração de benfeitorias permanentes custeadas pelo contratado, revertidas ao término do contrato.
- e) Para os contratos firmados por escopo predefinido, em virtude do princípio da eficiência, o prazo estipulado é improrrogável; caso a contratada não conclua a prestação pactuada no prazo exato, o contrato extinguir-se-á automaticamente, instaurando-se imediata licitação para finalização da obra ou serviço.

CIÊNCIA E ANÁLISE DE DADOS

Emannuelle Gouveia

51. Uma organização precisa integrar registros de um banco relacional, documentos JSON e arquivos de áudio em uma mesma solução analítica. Quanto à natureza desses dados, a classificação adequada é:

- a) Os registros relacionais são estruturados, os documentos JSON são semiestruturados e os arquivos de áudio são não estruturados.
- b) Os registros relacionais e os documentos JSON são estruturados, enquanto os arquivos de áudio são semiestruturados.
- c) Os documentos JSON são não estruturados, pois não exigem um esquema tabular rígido previamente definido.
- d) Os arquivos de áudio são semiestruturados sempre que possuem metadados, pois esses metadados alteram a natureza do conteúdo principal.
- e) Os registros relacionais são semiestruturados, pois sua organização depende das relações estabelecidas entre tabelas.

52. Uma base destinada à análise apresenta registros duplicados, valores ausentes e formatos diferentes para um mesmo atributo. Antes de interpretar os resultados, a medida tecnicamente adequada consiste em:

- a) Excluir todos os registros que contenham valores ausentes, independentemente da proporção ou da relevância desses dados para a análise.
- b) Manter as duplicidades, pois sua remoção altera necessariamente a representatividade da amostra e compromete a análise.
- c) Avaliar a origem e o impacto das inconsistências e aplicar procedimentos de limpeza, padronização e tratamento compatíveis com a finalidade da análise.
- d) Substituir automaticamente todos os valores ausentes pela média do respectivo atributo, independentemente do tipo de variável e da distribuição dos dados.
- e) Iniciar a interpretação dos resultados antes do tratamento, pois problemas de qualidade afetam apenas a apresentação dos dados, e não as conclusões obtidas.

53. Na análise de despesas públicas, uma equipe utiliza dados históricos para identificar padrões de execução orçamentária e subsidiar atividades de controle. Sobre o uso analítico desses dados, é correto afirmar que:

- a) A identificação de correlações entre variáveis permite concluir, por si só, que uma delas é causa das alterações observadas na outra.
- b) A existência de grande volume de dados elimina a necessidade de avaliar sua qualidade antes da obtenção de indicadores.
- c) A análise descritiva tem como finalidade principal prever valores futuros a partir de modelos estatísticos ou de aprendizado de máquina.
- d) A identificação de valores atípicos em despesas comprova necessariamente a ocorrência de irregularidade administrativa.

e) Técnicas de análise podem apoiar a identificação de padrões, tendências e anomalias relevantes para o controle, sem dispensar a avaliação do contexto e das evidências relacionadas aos resultados.

54. Ao examinar uma série histórica de arrecadação, foram observados crescimento persistente ao longo dos períodos, oscilações recorrentes em determinadas épocas e alguns valores muito distantes do comportamento habitual. A interpretação adequada desses elementos é:

- a) O crescimento persistente representa uma correlação, enquanto as oscilações recorrentes constituem necessariamente anomalias.
 - b) O crescimento persistente pode caracterizar uma tendência, as oscilações recorrentes podem revelar padrões e os valores muito discrepantes podem ser investigados como possíveis anomalias.
 - c) Os valores discrepantes devem ser removidos antes de qualquer análise, pois não podem representar ocorrências legítimas.
 - d) A presença de uma tendência comprova que as variações observadas são causadas pelo decorrer do tempo.
 - e) As oscilações recorrentes demonstram correlação entre as variáveis analisadas, mesmo quando apenas uma variável foi considerada.
-

55. Em uma solução de BI, dados provenientes de diferentes sistemas são consolidados e disponibilizados para acompanhamento de indicadores e apoio à tomada de decisão. Nesse processo:

- a) A integração e a organização dos dados permitem produzir informações analíticas e acompanhar indicadores relevantes para a gestão.
- b) O BI substitui os sistemas transacionais, passando a executar diretamente as operações responsáveis pela geração dos dados de negócio.
- c) Os dashboards utilizados em BI armazenam os dados operacionais originais e dispensam estruturas destinadas à integração e ao tratamento das informações.
- d) A utilização de BI restringe-se à análise de dados em tempo real, não sendo adequada à comparação de informações históricas.
- e) Os indicadores produzidos por uma solução de BI eliminam a necessidade de interpretação, pois representam conclusões definitivas sobre o desempenho analisado.

56. Uma organização pretende utilizar seus dados não apenas para compreender resultados passados, mas também para estimar comportamentos futuros e apoiar a escolha de ações. A correspondência adequada entre as abordagens analíticas e suas finalidades encontra-se em:

- a) Analytics descritivo — determina as ações que devem ser executadas para alcançar determinado resultado futuro.
- b) Analytics preditivo — explica exclusivamente as causas que levaram à ocorrência de determinado evento passado.
- c) Analytics prescritivo — limita-se à apresentação de indicadores históricos por meio de relatórios e dashboards.
- d) Analytics preditivo — utiliza dados e modelos para estimar resultados ou comportamentos futuros com base em padrões identificados.
- e) Analytics diagnóstico — projeta probabilidades de eventos futuros sem investigar fatores relacionados aos resultados observados.

57. Em uma base com grande volume de registros, pretende-se descobrir grupos de elementos com características semelhantes sem que existam categorias previamente definidas. Para essa finalidade:

- a) A classificação é a técnica mais adequada, pois atribui classes aos registros sem utilizar exemplos previamente rotulados.
- b) A regressão deve ser utilizada, pois sua finalidade é formar grupos de registros com características semelhantes.
- c) As regras de associação são destinadas exclusivamente à previsão de valores numéricos contínuos.
- d) O agrupamento exige que cada registro possua previamente um rótulo indicando a classe à qual pertence.
- e) O agrupamento pode identificar estruturas e grupos naturais nos dados com base em medidas de similaridade, sem depender de classes previamente definidas.

58. Em um projeto de modernização administrativa, diferentes órgãos precisam trocar informações entre seus sistemas e utilizar os dados integrados na execução de processos e na tomada de decisões. A solução compatível com esses objetivos é:

- a) Manter bases isoladas e realizar transferências manuais de dados, preservando formatos próprios em cada sistema.
- b) Automatizar decisões administrativas exclusivamente com base nos dados disponíveis, eliminando controles e revisões humanas.
- c) Padronizar apenas a interface visual dos sistemas, pois a interoperabilidade independe da compatibilidade entre dados e serviços.
- d) Adotar padrões de interoperabilidade para viabilizar a troca de informações, automatizar etapas adequadas dos processos e utilizar dados de qualidade como suporte à gestão e às decisões.
- e) Centralizar todos os dados em um único sistema, pois a interoperabilidade somente ocorre quando diferentes órgãos utilizam a mesma aplicação.

59. Ao utilizar uma aplicação de IA generativa para produzir textos a partir de instruções fornecidas pelo usuário, deve-se considerar que:

- a) O conteúdo gerado resulta de padrões aprendidos pelo modelo e pode apresentar informações incorretas ou não fundamentadas, exigindo avaliação antes de sua utilização.
- b) A geração de conteúdo ocorre exclusivamente pela recuperação literal de trechos armazenados durante o treinamento.
- c) As respostas produzidas pelo modelo são necessariamente verdadeiras quando apresentam estrutura textual coerente e linguagem adequada.
- d) O modelo consulta automaticamente fontes externas atualizadas antes de produzir qualquer resposta, independentemente dos recursos disponíveis na aplicação.
- e) A capacidade de gerar novos conteúdos implica que o modelo compreende os fatos e conceitos da mesma forma que um ser humano.

60. Nos modelos de linguagem de grande porte, o processamento do texto envolve sua representação em unidades denominadas tokens. A partir desse funcionamento:

- a) Um LLM pode estimar probabilidades para os próximos tokens com base no contexto recebido e nos padrões aprendidos durante o treinamento.
- b) Cada token corresponde necessariamente a uma palavra completa, independentemente do idioma ou do método de tokenização utilizado.
- c) A geração de cada token exige uma nova etapa de treinamento dos parâmetros do modelo.
- d) O contexto fornecido pelo usuário não influencia a geração, pois as respostas são determinadas exclusivamente pelos parâmetros aprendidos no treinamento.
- e) A tokenização converte cada sentença diretamente em uma única representação numérica, impedindo seu processamento em unidades menores.

ÉTICA, INTEGRIDADE E PREVENÇÃO AO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO

Rodrigo Bet

61. Uma secretaria publica integralmente seus relatórios de execução orçamentária, mas utiliza arquivos sem organização e linguagem excessivamente técnica. Ao receber sugestões de melhoria, o gestor afirma que a mera disponibilização dos dados esgota seu dever de transparência. Sob a perspectiva da ética no setor público, a atuação do gestor

- a) está adequada, pois a transparência se realiza com a divulgação formal, independentemente da possibilidade de compreensão pelo cidadão.
- b) somente exige revisão se houver demonstração de dano financeiro, pois a avaliação ética depende de prejuízo ao erário.
- c) é insuficiente, pois a transparência deve favorecer a compreensão das informações e o exercício efetivo do controle social.
- d) deve priorizar a compreensão dos órgãos de controle, sendo dispensável a acessibilidade das informações à sociedade.
- e) está adequada se a publicação observar a legalidade, que constitui critério suficiente para avaliar a eticidade da conduta.

62. Ao revisar suas práticas de conduta, um órgão público considerou as seguintes proposições:

- I. Um código de ética pode orientar escolhas e prevenir desvios, sem se restringir à aplicação de punições.
- II. O cumprimento literal de uma regra dispensa a avaliação da finalidade pública da conduta.
- III. Justificar uma irregularidade com a afirmação de que “todos fazem assim” pode revelar um mecanismo de desengajamento moral.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I.
- e) III.

63. Em uma unidade de fiscalização, apuraram-se três condutas independentes: Paulo solicitou vantagem indevida para omitir ato de ofício; Helena exigiu vantagem indevida de um administrado, valendo-se de sua função; e Bruno deixou de praticar ato de ofício para beneficiar um amigo, por sentimento pessoal, sem solicitar ou receber vantagem. Considerando os elementos descritos, as condutas de Paulo, Helena e Bruno caracterizam, respectivamente,

- a) corrupção ativa, concussão e condescendência criminosa.
- b) concussão, corrupção passiva e prevaricação.
- c) corrupção passiva, excesso de exação e condescendência criminosa.
- d) corrupção ativa, corrupção passiva e prevaricação.
- e) corrupção passiva, concussão e prevaricação.

64. Na avaliação de um processo de compras, a equipe identificou contratações emergenciais recorrentes com o mesmo fornecedor e concentração de decisões em um único servidor. A respeito da gestão de riscos de fraude e corrupção, considere:

- I. Essas situações constituem sinais de alerta, mas não demonstram, por si sós, a ocorrência de irregularidade.
- II. O risco inerente é mensurado após a consideração da efetividade dos controles existentes.
- III. No triângulo da fraude, a oportunidade é o componente mais diretamente controlável pela organização.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II.
- e) III.

65. Uma empresa pretende demonstrar a efetividade de seu programa de integridade para fins de avaliação segundo o art. 57 do Decreto nº 11.129/2022, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013. NÃO corresponde a parâmetro previsto nesse dispositivo

- a) o comprometimento da alta direção, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa.
- b) a existência de canais de denúncia amplamente divulgados e de mecanismos de proteção de denunciantes de boa-fé.
- c) o registro do código de ética em cartório como condição de validade do programa de integridade.
- d) a realização de diligências apropriadas, baseadas em risco, para contratação e supervisão de terceiros.
- e) o monitoramento contínuo do programa, destinado ao aperfeiçoamento da prevenção, detecção e combate aos atos lesivos.

66. Uma organização distribuiu suas atribuições da seguinte forma: os gestores operacionais identificam e tratam os riscos de seus processos; a área de compliance orienta e monitora a conformidade; a auditoria interna avalia, com independência, o funcionamento da governança, da gestão de riscos e dos controles. À luz do Modelo das Três Linhas do IIA, essa distribuição

- a) é adequada, pois situa a gestão operacional na primeira linha, o compliance na segunda e a auditoria interna na terceira.
- b) é inadequada, pois a auditoria interna deve implantar os controles que posteriormente avaliará.
- c) é inadequada, pois a identificação e o tratamento dos riscos competem exclusivamente ao compliance.
- d) é adequada apenas se a segunda linha assumir a mesma independência da auditoria interna perante as decisões de gestão.
- e) é inadequada, pois o reporte da auditoria ao órgão de governança a transforma em integrante da primeira linha.

67. O diretor de uma empresa determinou a publicação de um código de conduta, mas negou recursos para treinamentos e apuração de denúncias. Também ordenou que infrações praticadas por executivos fossem desconsideradas para preservar a imagem da organização. Quanto ao comprometimento da alta administração com o compliance, é correto afirmar que

- a) a publicação do código demonstra apoio suficiente da direção, pois sua atuação se encerra na aprovação das normas.
- b) a preservação da reputação autoriza o tratamento mais favorável de executivos, desde que as demais infrações sejam apuradas.
- c) a efetividade do programa depende prioritariamente da auditoria interna, que deve suprir a falta de recursos e de apoio da direção.

d) o patrocínio da alta administração consiste em assumir pessoalmente todas as investigações e afastar as áreas técnicas.

e) a conduta compromete o tom do topo, que exige exemplo, recursos, apoio à apuração e aplicação isonômica das regras.

68. Um representante da sociedade empresária Alfa prometeu vantagem indevida a agente público para obter benefício em favor da empresa. Em sua defesa, Alfa sustentou que não poderia ser responsabilizada porque não se demonstrou culpa de seus administradores e porque a responsabilização da empresa excluiria a das pessoas físicas. Nos termos da Lei nº 12.846/2013,

- a) a primeira alegação procede, pois a responsabilização administrativa da pessoa jurídica depende da demonstração de culpa de seus dirigentes.
- b) as alegações não procedem, pois a pessoa jurídica responde objetivamente pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, e a responsabilidade das pessoas físicas não é excluída.
- c) a segunda alegação procede, pois a responsabilização objetiva da empresa absorve a responsabilidade dos administradores envolvidos.
- d) a pessoa jurídica somente responde se o benefício buscado for exclusivamente seu, sem qualquer vantagem para terceiros.
- e) a responsabilidade objetiva alcança tanto a pessoa jurídica quanto seus administradores, sendo dispensável examinar a culpabilidade destes.

69. A sociedade Beta incorporou a sociedade Gama. Antes da incorporação, Gama praticara ato lesivo abrangido pela Lei nº 12.846/2013. Não houve simulação nem evidente intuito de fraude, e o patrimônio transferido a Beta foi de R\$ 3 milhões. Sobre a responsabilidade da sucessora, considere:

- I. Restringe-se à obrigação de pagamento de multa e de reparação integral do dano, até o limite do patrimônio transferido.
- II. Abrange automaticamente todas as demais sanções previstas na lei pelos atos anteriores à incorporação.
- III. A limitação legal não significa que a incorporação tenha extinguido toda responsabilidade pelo ato anterior.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

70. Uma empresa foi responsabilizada administrativamente por ato lesivo à Administração Pública. Sendo possível utilizar o critério do faturamento bruto para calcular a multa, a Lei nº 12.846/2013 estabelece que essa sanção

- a) varia de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, e nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível estimá-la.
- b) varia de 1% a 30% do faturamento líquido do exercício em que foi praticado o ato lesivo.
- c) deve corresponder ao valor da vantagem auferida, sem consideração do faturamento e sem possibilidade de superá-la.
- d) substitui a obrigação de reparação integral do dano quando aplicada em conjunto com a publicação extraordinária da decisão condenatória.

- e) somente pode ser aplicada isoladamente, sendo vedada sua cumulação com a publicação extraordinária da decisão condenatória.

CONHECIMENTOS REGIONAIS DE SANTA CATARINA

Sérgio Henrique

71. O Censo Demográfico 2022 registrou uma inflexão histórica nos fluxos migratórios internos brasileiros. Estados que tradicionalmente absorviam grandes contingentes de migrantes passaram a apresentar saldos negativos, enquanto Santa Catarina assumiu, pela primeira vez, a liderança nacional de atração populacional. O fenômeno combina fatores econômicos, qualidade de vida e dinamismo do mercado de trabalho.

Sobre esse fenômeno, é correto afirmar que:

- a) Santa Catarina registrou o maior saldo migratório interno do país entre 2017 e 2022, enquanto estados como São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram saldos negativos no período.
- b) o saldo migratório positivo de Santa Catarina decorreu principalmente do retorno de emigrantes brasileiros que viviam no exterior, e não de fluxos interestaduais.
- c) São Paulo manteve a liderança nacional de atração de migrantes, com Santa Catarina em posição intermediária entre os estados do Sul.
- d) o saldo migratório catarinense foi negativo, refletindo a perda de competitividade econômica do estado frente ao Centro-Oeste.
- e) o saldo migratório é calculado pela diferença entre nascimentos e óbitos registrados no período censitário.

72. O Censo 2022 confirmou a tendência histórica de urbanização brasileira, com a grande maioria da população vivendo em áreas urbanas. Em Santa Catarina, o padrão de ocupação herdado da colonização europeia, baseado em pequenas propriedades familiares e policultoras, colaborou para a fixação das famílias no campo.

Sobre esse quadro, é correto afirmar que:

- a) a taxa de urbanização catarinense supera a média nacional, refletindo o êxodo rural provocado pela mecanização.
- b) a população rural catarinense praticamente desapareceu, em razão da mecanização da agropecuária estadual.
- c) a urbanização catarinense situa-se abaixo da média nacional, e a estrutura fundiária de colonização contribuiu para a fixação de população no campo.
- d) o crescimento populacional recente concentrou-se no interior serrano, com perda generalizada de habitantes nos municípios litorâneos.
- e) a estrutura fundiária catarinense é dominada por grandes propriedades extensivas, que expulsaram a população rural para as capitais regionais.

73. A Serra Catarinense consolidou-se como um dos principais destinos de turismo de inverno do Brasil. Na temporada de 2025, levantamento da Fecomércio-SC registrou o maior gasto médio por grupo desde 2017, com a maioria dos visitantes proveniente do próprio estado.

Sobre o turismo de inverno catarinense, é correto afirmar que:

- a) a neve na Serra Catarinense é fenômeno garantido em todos os invernos, com ocorrência regular e previsível em todos os municípios serranos.
- b) a temporada de inverno de 2025 registrou o maior gasto médio por grupo de visitantes da série histórica, e a maioria dos turistas era proveniente do próprio estado de Santa Catarina.
- c) o turismo de inverno catarinense concentra-se no litoral norte, onde as correntes frias do Atlântico produzem neve frequente.

d) o gasto médio por grupo de visitantes caiu na temporada de 2025, refletindo a perda de competitividade da Serra frente aos destinos de neve do exterior.

e) a Serra Catarinense registra as menores temperaturas do estado no inverno, o que explica a saída dos locais para destinos de calor.

74. O Extremo Oeste catarinense abriga a única fronteira terrestre internacional do estado. A região articula municípios-gêmeos brasileiros e argentinos da faixa de fronteira definida pela legislação nacional de segurança e desenvolvimento regional.

Sobre a fronteira catarinense, é correto afirmar que:

- a) Santa Catarina faz fronteira terrestre com a Argentina no Extremo Oeste, e Dionísio Cerqueira articula-se à cidade argentina de Bernardo de Irigoyen, abrigando ponto de fronteira seco alfandegado.
- b) a fronteira internacional de Santa Catarina é exclusivamente marítima e corresponde à Plataforma Continental.
- c) a faixa de fronteira definida em lei alcança apenas os municípios interioranos e litorâneos, por se referirem à zona de segurança nacional.
- d) Dionísio Cerqueira faz fronteira com o Paraguai, na região da tríplice fronteira, no Iguaçu.
- e) A faixa de fronteira ficou de fora do Território Federal do Iguaçu, criado por Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial.

75. A Guerra do Contestado (1912–1916) foi um dos maiores conflitos sociais da Primeira República brasileira. Ocorreu na área da divisa entre Santa Catarina e Paraná, envolvendo sertanejos, questões fundiárias, a construção da estrada de ferro e a atuação de empresas madeireiras estrangeiras.

Sobre o conflito, é correto afirmar que:

- a) a Guerra do Contestado foi um conflito internacional entre Brasil e Argentina, resolvido por arbitragem diplomática após a demarcação dos limites.
- b) o conflito envolveu a disputa territorial entre Santa Catarina e Paraná, tensões sociais e fundiárias, a construção ferroviária e a exploração madeireira na região contestada.
- c) a Guerra do Contestado foi um movimento messiânico contra o capital estrangeiro e defendia a colonização do interior pelo caboclo.
- d) o conflito resultou exclusivamente de disputas religiosas entre ordens monásticas católicas, sem dimensão econômica.
- e) a Guerra do Contestado ocorreu no século XVIII, durante o período colonial, motivada pela disputa entre Portugal e Espanha pelos limites do Tratado de Tordesilhas.

76. A formação cultural de Santa Catarina resulta de fluxos migratórios sucessivos que ocuparam regiões específicas do território. Açorianos colonizaram o litoral a partir do século XVIII; alemães instalaram colônias no Vale do Itajaí e no Norte; italianos chegaram em grande escala a partir de 1875 e marcaram o Sul do estado. O patrimônio cultural reconhecido expressa essa pluralidade em arquitetura, festas e modos de vida.

Sobre essa formação cultural, é correto afirmar que:

- a) a imigração europeia tornou a cultura catarinense homogênea, com baixas diferenças regionais e relevância de outros grupos e processos históricos.
- b) a colonização açoriana, iniciada no século XVIII, marcou o litoral catarinense; a imigração alemã deixou marcas como a arquitetura enxaimel no Vale do Itajaí; e a imigração italiana, intensificada a partir de 1875, contribuiu para a identidade do Sul do estado.
- c) a imigração italiana foi o primeiro fluxo migratório a chegar a Santa Catarina, precedendo a colonização açoriana em mais de um século.
- d) a arquitetura enxaimel, típica das áreas de colonização alemã, é originária da tradição construtiva italiana trazida pelos imigrantes vênnetos.
- e) o patrimônio cultural catarinense limita-se às manifestações de origem alemã, sem reconhecimento oficial de outras tradições étnicas.

77. A produção de frangos em Santa Catarina está distribuída de forma desigual no território. A leitura de sua regionalização deve considerar a localização das unidades produtivas, a presença de agroindústrias e os fluxos que conectam propriedades rurais, fábricas de ração, abatedouros e centros de consumo ou exportação.

Frangos – Santa Catarina: microrregiões de origem das aves produzidas – 2025

Microrregião	Nº de aves (milhões) ⁽¹⁾	Participação (%)
Chapecó	196,33	21,4
Joaçaba	192,64	21,0
Concórdia	165,77	18,1
São Miguel do Oeste	76,89	8,4
Xanxerê	74,33	8,1
Canoinhas	49,92	5,5
Araranguá	49,53	5,4
Criciúma	40,18	4,4
Tubarão	24,07	2,6
Curitibanos	13,71	1,5
Demais microrregiões	32,21	3,5
Total	915,58	100

Fonte: Cidasc, abril/2026

⁽¹⁾ Os dados incluem as aves abatidas em Santa Catarina (97,2%) e aquelas abatidas em outras UF's (2,8%), bem como as diversas categorias de galinhas destinadas ao abate.

Analise as seguintes afirmações.

- I. O Oeste concentra parcela muito expressiva da produção de frangos, associada a uma cadeia agroindustrial regionalizada.
- II. A produção se concentra principalmente no litoral, pois a proximidade dos portos é condição necessária para a criação de aves.
- III. A cadeia avícola envolve relações entre produtores rurais e unidades de processamento, conectando atividades agropecuárias e industriais.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III, apenas.
- e) I, II e III.

78. “Santa Catarina conta com 14 polos industriais com inserção internacional. O número reflete a competitividade catarinense e a ousadia dos empreendedores do estado, que empata com Paraná e Rio Grande do Sul no número de arranjos produtivos com potencial exportador. De acordo com o estudo dos Polos Industriais de Referência, realizado pelo Observatório FIESC, em colaboração com a Rede de Observatórios do Sistema Indústria

e a Confederação Nacional da Indústria, os estados do Sul ficam atrás apenas de São Paulo”. Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/conheca-os-14-polos-industriais-catarinenses-com-insercao-internacional>.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A existência de múltiplos polos industriais indica que a economia do Norte Catarinense não depende de uma única atividade produtiva.
- b) A inserção internacional de cadeias industriais evidencia a conexão entre a produção regional e os mercados externos.
- c) Joinville exerce papel industrial relevante no estado, com destaque para o complexo metalmeccânico.
- d) Fatores históricos, estruturais e econômicos ajudam a explicar a especialização industrial de diferentes regiões catarinenses.
- e) A presença de polos industriais no Norte demonstra que a indústria de base catarinense se concentra exclusivamente nessa região do estado.

79. As inundações que atingem o Vale do Itajaí resultam da interação entre chuvas intensas, drenagem dos planaltos para os vales dos rios, e ocupação de áreas suscetíveis. Há monitoramento constante das chuvas e do volume dos rios.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O risco de inundação depende da interação entre fenômenos hidrológicos, ocupação do território e exposição da população.
- b) Chuvas volumosas podem elevar rapidamente os níveis dos rios, com impactos distintos conforme as características de cada trecho da bacia.
- c) A ocupação inadequada de áreas de preservação e de planícies de inundação aumenta a vulnerabilidade das cidades.
- d) O monitoramento hidrometeorológico apoia a emissão de alertas e as decisões de prevenção.
- e) A existência de barragens no sistema de contenção elimina definitivamente o risco de inundações e dispensa o planejamento do uso do solo.

80. Santa Catarina é o quarto maior produtor de leite do Brasil e, de acordo com a tabela a seguir, 9% da produção nacional.

Leite – Brasil: produção nos principais estados

Estado	Bilhões de litros						Var. % 2015-24	Partic. % 2024
	2015	2020	2021	2022	2023	2024		
Minas Gerais	9,14	9,69	9,61	9,36	9,42	9,78	7	27
Paraná	4,66	4,67	4,42	4,46	4,55	4,62	-1	13
Rio Grande do Sul	4,60	4,25	4,40	4,07	4,11	4,03	-12	11
Santa Catarina	3,06	3,14	3,16	3,13	3,20	3,30	8	9
Goiás	3,41	3,17	3,12	3,00	2,98	2,92	-14	8
São Paulo	1,77	1,65	1,57	1,52	1,53	1,51	-15	4
Pernambuco	0,86	1,04	1,14	1,17	1,33	1,46	70	4
Bahia	0,98	1,06	1,20	1,28	1,24	1,27	29	4
Ceará	0,49	0,87	0,96	1,07	1,14	1,21	147	3
Sergipe	0,38	0,36	0,44	0,50	0,66	0,68	79	2
Outros	5,26	5,41	5,17	4,99	5,09	4,97	-6	14
Brasil	34,61	35,32	35,18	34,55	35,25	35,74	3	100

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (2025)

A ocupação do Oeste catarinense foi marcada pela divisão da terra em pequenos lotes, herdada da colonização europeia. Sobre essa base formou-se uma agropecuária familiar, hoje articulada a cooperativas e agroindústrias, que possibilitou o oeste do estado se tornar a principal bacia leiteira de Santa Catarina, com a maior parte produzida em pequenos estabelecimentos.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A colonização do Oeste baseou-se na divisão das terras em pequenos lotes, favorecendo a agricultura familiar.
- b) O Oeste consolidou-se como a principal bacia leiteira de Santa Catarina.
- c) A formação da cadeia leiteira do Oeste decorreu da concentração fundiária em grandes latifúndios de pecuária extensiva.
- d) A diversificação produtiva, com grãos, suínos, aves e leite, marca a agropecuária do Oeste catarinense.
- e) A cadeia leiteira regional articula produtores familiares, cooperativas e a indústria de laticínios.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO***Amanda Aires*

81. Uma indústria siderúrgica lança poluentes em um rio e prejudica a atividade pesqueira de uma comunidade ribeirinha, sem pagar qualquer compensação. Sobre essa situação e os instrumentos para corrigi-la, é correto afirmar:

- a) No equilíbrio de mercado, a quantidade produzida de aço é inferior à socialmente ótima, pois o custo marginal privado supera o custo marginal social.
- b) A externalidade gerada é positiva, porque a produção de aço gera empregos na região.
- c) Um imposto pigouviano por unidade produzida, igual ao custo marginal externo avaliado na quantidade socialmente ótima, faz a firma internalizar a externalidade e leva o mercado ao nível eficiente de produção.
- d) Segundo o Teorema de Coase, a solução eficiente só é alcançada se os direitos de propriedade sobre o rio forem atribuídos à comunidade de pescadores.
- e) A proibição total da produção de aço é sempre a solução de primeiro ótimo, pois elimina integralmente o dano ambiental.

82. Considere uma economia com um bem público puro e um bem privado. Segundo a condição de Samuelson, a provisão eficiente do bem público exige que

- a) a soma das taxas marginais de substituição dos consumidores entre o bem público e o bem privado se iguale à taxa marginal de transformação, o que corresponde à soma vertical das curvas de demanda individuais.
- b) a taxa marginal de substituição de cada consumidor se iguale à taxa marginal de transformação, o que corresponde à soma horizontal das curvas de demanda individuais.
- c) o preço do bem público seja igual à disposição a pagar do consumidor de maior renda.
- d) a quantidade ofertada corresponda ao ponto em que a soma horizontal das demandas individuais se iguale ao custo marginal.
- e) cada usuário adicional pague um preço igual ao custo marginal de seu consumo, que é positivo em razão da rivalidade.

83. Sobre o monopólio natural e sua regulação, é correto afirmar:

- a) Surge quando o custo médio de longo prazo é crescente em toda a faixa relevante da demanda de mercado.
- b) A fixação do preço igual ao custo marginal garante lucro econômico positivo ao monopolista regulado.
- c) A divisão do mercado entre várias firmas reduz o custo total de produção da indústria.
- d) A regulação pelo custo médio leva ao nível de produção alocativamente eficiente, em que o preço se iguala ao custo marginal.
- e) Caracteriza-se pela subaditividade de custos, pois uma única firma produz a quantidade demandada ao menor custo total. Como o custo médio é decrescente, a regulação com preço igual ao custo marginal impõe prejuízo à firma, o que exige subsídio ou tarifa em duas partes.

84. Sobre o conceito de eficiência de Pareto e o custo de eficiência da tributação, é correto afirmar:

- a) Uma alocação é eficiente no sentido de Pareto quando garante distribuição igualitária da renda entre os indivíduos.
- b) Uma alocação é eficiente no sentido de Pareto quando não é possível melhorar a situação de um indivíduo sem piorar a de outro. Um tributo distorcivo gera peso morto, ou excesso de carga, que, para alíquotas pequenas, cresce aproximadamente com o quadrado da alíquota e é tanto maior quanto mais elásticas forem a oferta e a demanda.
- c) Os impostos do tipo lump-sum geram peso morto superior ao dos impostos sobre bens específicos, pois independem do comportamento dos agentes.
- d) O peso morto de um tributo cresce linearmente com a alíquota e independe das elasticidades da oferta e da demanda.
- e) Se a demanda por um bem for perfeitamente inelástica, o imposto sobre esse bem gera o maior peso morto possível.

85. Considere as afirmações abaixo sobre teoria da tributação e política tributária.

- I. Pela regra de Ramsey, para minimizar o peso morto total associado a uma meta de arrecadação, as alíquotas sobre bens independentes devem ser inversamente proporcionais às elasticidades-preço compensadas de suas demandas.
- II. A aplicação estrita da regra de Ramsey tende a conflitar com a equidade vertical, pois bens de demanda inelástica, como os alimentos básicos, pesam mais no orçamento das famílias de menor renda.
- III. Um imposto sobre os rendimentos da poupança necessariamente reduz a poupança das famílias, pois os efeitos renda e substituição atuam no mesmo sentido.
- IV. O princípio do benefício estabelece que os indivíduos devem contribuir de acordo com sua capacidade de pagamento, medida pela renda ou pelo patrimônio.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) I e IV.
- d) I e II.
- e) III e IV.

86. Considere a seguinte estrutura de um imposto sobre a renda:

Renda mensal	Imposto pago
R\$ 2.000	R\$ 200
R\$ 5.000	R\$ 400
R\$ 10.000	R\$ 700

Com base nesses dados, o imposto

- a) é regressivo, pois a alíquota média diminui à medida que a renda aumenta, ainda que o valor absoluto do imposto pago seja crescente.
- b) é progressivo, pois o valor pago aumenta à medida que a renda cresce.
- c) é proporcional, pois a alíquota marginal é constante em todas as faixas de renda.
- d) é progressivo, pois as alíquotas marginais são superiores às alíquotas médias.
- e) é neutro do ponto de vista distributivo, pois todos os contribuintes pagam o imposto.

87. Em um mercado de concorrência perfeita, a demanda é $Q_d = 100 - 2P$ e a oferta é $Q_s = -20 + 4P$. O governo institui um tributo específico de 6 unidades monetárias por unidade vendida, recolhido pelos vendedores. Após a instituição do tributo,

- a) o preço pago pelos consumidores passa a ser 26, e o recebido pelos produtores, 20.
- b) o ônus do tributo é dividido igualmente entre consumidores e produtores, cabendo 3 unidades monetárias a cada lado.
- c) os consumidores arcam com 4 unidades monetárias por unidade do tributo, a quantidade transacionada cai para 52 e a arrecadação é de 312.
- d) a arrecadação é de 360, pois a quantidade transacionada não se altera.
- e) o peso morto é de 48, e os produtores arcam com a maior parte do tributo, pois a oferta é mais elástica que a demanda.

88. Um monopolista maximizador de lucro tem custo marginal constante e enfrenta uma curva de demanda linear. Se o governo instituir um imposto específico de t por unidade vendida,

- a) o preço ao consumidor aumentará exatamente no valor do imposto, em qualquer caso.
- b) o preço não se alterará, pois o monopolista já pratica o preço máximo que o mercado suporta.
- c) o monopolista absorverá integralmente o imposto, pois a quantidade é determinada pela igualdade entre receita marginal e custo marginal.
- d) o preço aumentará menos que o imposto, também quando a demanda tiver elasticidade constante.
- e) o preço ao consumidor aumentará em metade do valor do imposto.

89. Uma cadeia produtiva tem três etapas: o produtor de insumos vende ao fabricante por R\$ 100, sem ter adquirido insumos; o fabricante vende ao varejista por R\$ 150; e o varejista vende ao consumidor final por R\$ 200. Considere uma alíquota de 10% e desconsidere a repercussão do tributo sobre os preços. Comparando um imposto cumulativo (em cascata) sobre o faturamento de cada etapa com um imposto sobre o valor adicionado (IVA), é correto afirmar:

- a) O imposto cumulativo arrecada R\$ 20, e o IVA arrecada R\$ 45.
- b) O imposto cumulativo arrecada R\$ 45, o que corresponde a uma carga efetiva de 22,5% sobre o preço final. O IVA arrecada R\$ 20, ou 10% do preço final, qualquer que seja o número de etapas da cadeia.
- c) Ambos arrecadam R\$ 20, pois a alíquota nominal é a mesma.
- d) O imposto cumulativo é neutro em relação à organização da produção, pois não estimula a integração vertical das empresas.
- e) O IVA equivale a um imposto único cobrado apenas na primeira etapa da cadeia, que arrecadaria R\$ 10.

90. Sobre as espécies tributárias, é correto afirmar:

- a) As taxas podem ter base de cálculo idêntica à de impostos, desde que sejam instituídas pelos Municípios.
- b) Os impostos são tributos vinculados a uma atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
- c) A contribuição de melhoria pode ser cobrada para custear os serviços públicos de limpeza urbana e iluminação pública.
- d) As taxas podem ser instituídas em razão do exercício do poder de polícia ou da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis. A contribuição de melhoria decorre de obras públicas que gerem valorização imobiliária e tem como limite total a despesa realizada e, como limite individual, o acréscimo de valor do imóvel beneficiado.
- e) A contribuição de melhoria tem como fato gerador a propriedade de imóvel urbano.

91. Sobre as competências tributárias e a repartição de receitas no federalismo fiscal brasileiro, é correto afirmar:

- a) Pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do IPVA relativo aos veículos licenciados em seus territórios e 25% do produto da arrecadação do ICMS do respectivo Estado.
- b) A competência tributária residual, para instituir impostos não previstos na Constituição, pertence aos Estados e é exercida por lei ordinária.
- c) O ITR é de competência dos Municípios, e cabem à União 50% de sua arrecadação.
- d) O ITCMD e o ITBI são de competência da União.
- e) O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos pagos pelos Estados a seus servidores pertence integralmente à União.

92. Sobre a necessidade de financiamento do setor público (NFSP) e as estatísticas da dívida pública no Brasil, é correto afirmar:

- a) O resultado primário inclui os juros nominais incidentes sobre a dívida pública.
- b) O resultado nominal corresponde ao resultado primário, excluídas as despesas com juros.
- c) A NFSP no conceito nominal corresponde à soma do déficit primário com os juros nominais apropriados sobre a dívida, e o conceito operacional exclui a parcela dos juros relativa à correção monetária e cambial. O Banco Central apura essas estatísticas pelo critério "abaixo da linha", a partir da variação do endividamento líquido.
- d) A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) é sempre superior à Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), pois inclui as dívidas das empresas estatais.
- e) A apuração pelo critério "abaixo da linha" é feita a partir dos fluxos de receitas e despesas registrados no orçamento.

93. Considere uma economia com dívida pública de 80% do PIB, taxa de juros real implícita de 7% ao ano e crescimento real do PIB de 2% ao ano. Pela aproximação $s^* = (r - g) \cdot b$, o superávit primário necessário para estabilizar a relação dívida/PIB é de

- a) 1,6% do PIB.
- b) 5,6% do PIB.
- c) 5,0% do PIB.
- d) 7,2% do PIB.
- e) 4,0% do PIB.

94. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional, o Anexo de Metas Fiscais

- a) integra a Lei Orçamentária Anual e estabelece metas apenas para o exercício a que se refere.
- b) integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias e contém metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, além da avaliação do cumprimento das metas do ano anterior.
- c) avalia os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas caso se concretizem.
- d) dispensa a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes de previdência, que consta exclusivamente do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- e) compara as metas com as fixadas nos cinco exercícios anteriores e apresenta a evolução do patrimônio líquido nos últimos dez exercícios.

95. A Reforma Tributária sobre o consumo, promovida pela Emenda Constitucional nº 132/2023,

- a) substituiu o ICMS e o ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União.
- b) adotou o princípio da origem para o IBS, de modo que a receita pertence ao ente em que está localizado o produtor.
- c) instituiu o Imposto Seletivo, com finalidade predominantemente arrecadatória, incidente sobre todas as operações com bens e serviços.
- d) instituiu um modelo de IVA dual. Ele é composto pela CBS, de competência federal, que substitui o PIS e a Cofins, e pelo IBS, de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, que substitui o ICMS e o ISS, com não cumulatividade ampla e cobrança no destino.

- e) manteve a cumulatividade das contribuições sociais sobre o faturamento, para preservar a arrecadação da seguridade social.

MACROECONOMIA

Celso Natale

96. Considere as seguintes afirmações a respeito do fluxo circular da renda e das identidades básicas da contabilidade nacional:

- I. No fluxo circular da renda, o fluxo real (bens e serviços finais em um sentido, serviços dos fatores de produção no outro) circula em sentido contrário ao fluxo monetário (pagamentos e rendas), e o valor da produção corresponde ao valor da renda gerada e ao valor da despesa realizada, de modo que produto, renda e despesa agregados são idênticos.
- II. Em uma economia aberta e com governo, poupança, impostos e importações constituem vazamentos do fluxo circular, enquanto investimento, gastos do governo e exportações constituem injeções; no equilíbrio, a soma dos vazamentos iguala a soma das injeções.
- III. A poupança externa corresponde ao saldo em transações correntes do balanço de pagamentos com o sinal trocado, sendo positiva quando o país registra déficit em transações correntes.
- IV. O Produto Nacional Bruto supera o Produto Interno Bruto sempre que a renda líquida enviada ao exterior for positiva.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) I, III e IV.

97. Em uma economia aberta e com governo, a contabilidade nacional permite escrever a identidade $I = S_p + S_g + S_e$, em que I é o investimento agregado, S_p a poupança privada, S_g a poupança do governo e S_e a poupança externa. A partir dessa identidade, é correto afirmar que

- a) um déficit do governo ($S_g < 0$) é necessariamente financiado por poupança externa, uma vez que a poupança privada se destina integralmente ao investimento.
- b) a poupança externa é medida pelo saldo da balança comercial, sendo positiva quando as exportações superam as importações.
- c) se a poupança privada superar o investimento e o governo apresentar superávit, o país necessariamente registra superávit em transações correntes, isto é, poupança externa negativa.
- d) a poupança do governo corresponde ao resultado nominal do setor público, apurado após a dedução das despesas de investimento público.
- e) um aumento do investimento, mantidas constantes a poupança privada e a poupança do governo, implica redução da poupança externa.

98. Considere os valores a seguir, relativos às contas nacionais de determinado ano, apresentados segundo a estrutura do Sistema de Contas Nacionais do IBGE (em R\$ bilhões):

Contas	Valores
Produto Interno Bruto (PIB)	10.900
Ordenados e salários (líquidos recebidos do exterior)	2
Rendas de propriedade (líquidas recebidas do exterior)	-260
Outras transferências correntes (líquidas recebidas do exterior)	18
Despesa de consumo final	9.140
Formação bruta de capital fixo	1.850

A poupança bruta do ano foi, em R\$ bilhões,

- a) 1.760.

- b) 1.502.
- c) 1.500.
- d) 1.520.
- e) 1.778.

99. Sobre o déficit público e as formas de seu financiamento, é correto afirmar:

- a) O resultado primário equivale ao resultado nominal acrescido das despesas líquidas com juros nominais, de modo que um superávit primário pode coexistir com um déficit nominal.
- b) O financiamento do déficit por meio da venda de títulos públicos ao público não bancário expande a base monetária, ao passo que o financiamento por emissão monetária a contrai.
- c) A senhoriagem corresponde à receita obtida pelo governo com a colocação de títulos da dívida pública a taxas de juros inferiores às de mercado.
- d) A necessidade de financiamento do setor público, no conceito nominal, exclui a despesa com juros e capta apenas o esforço fiscal corrente do governo.
- e) Pela equivalência ricardiana, o financiamento do déficit por dívida eleva o consumo privado, pois as famílias não antecipam a elevação futura dos impostos.

100. A tabela a seguir apresenta os preços e as quantidades produzidas em uma economia hipotética que produz apenas dois bens, pão e camisa.

Ano	Preço do pão	Quantidade de pães	Preço da camisa	Quantidade de camisas
2023	\$ 2	100	\$ 20	10
2025	\$ 3	120	\$ 25	12

Tomando 2023 como ano-base, o deflator do PIB de 2025 e a taxa de crescimento real do PIB entre 2023 e 2025 são, respectivamente,

- a) 165,0 e 20%.
- b) 137,5 e 65%.
- c) 165,0 e 37,5%.
- d) 120,0 e 37,5%.
- e) 137,5 e 20%.

101. Em janeiro de 2024, um servidor recebia remuneração mensal de R\$ 6.000,00, e o número-índice do IPCA estava em 6.400,0 pontos. Em janeiro de 2026, a remuneração era de R\$ 6.930,00 e o número-índice do IPCA, 7.040,0 pontos. No período, a variação real da remuneração desse servidor foi de

- a) 5,5%.
- b) 15,5%.
- c) -4,8%.
- d) 5,0%.
- e) 10,0%.

102. Considere o seguinte modelo keynesiano de determinação da renda para uma economia aberta e com governo:

$$C = 200 + 0,8Y_d$$

$$T = 0,25Y$$

$$I = 300$$

$$G = 500$$

$$X = 400$$

$$M = 100 + 0,1Y$$

em que C é o consumo das famílias, Y_d a renda disponível ($Y - T$), T a arrecadação tributária, I o investimento, G os gastos do governo, X as exportações, M as importações e Y a renda agregada. A renda de equilíbrio e o multiplicador dos gastos autônomos são, respectivamente,

- a) 3.250 e 2,5.
- b) 6.500 e 5.
- c) 2.600 e 2.
- d) 4.333 e 3,33.
- e) 2.600 e 5.

103. No modelo IS-LM para uma economia fechada, é correto afirmar que

- a) a curva IS é tanto mais inclinada quanto maior a sensibilidade do investimento à taxa de juros, o que amplia a eficácia da política monetária em elevar a renda.
- b) um aumento dos gastos do governo desloca a curva IS para a direita e, dada uma curva LM positivamente inclinada, eleva a renda e a taxa de juros, com deslocamento parcial do investimento privado.
- c) uma expansão da oferta monetária desloca a curva LM para a esquerda, reduzindo a taxa de juros e elevando a renda.
- d) na armadilha da liquidez, a curva LM é vertical e a política fiscal é totalmente ineficaz para elevar a renda.
- e) quando a demanda por moeda é insensível à taxa de juros (caso clássico), a curva LM é horizontal e a política monetária torna-se ineficaz.

104. O Banco Central de determinado país divulgou, para o fim de certo mês, os seguintes dados (em \$ milhões):

Papel-moeda emitido	300
Papel-moeda em poder do público	250
Reservas bancárias depositadas no Banco Central	100
Depósitos à vista nos bancos comerciais	400

Considerando apenas esses dados, a base monetária, os meios de pagamento no conceito M1 e o multiplicador monetário eram, respectivamente,

- a) 350; 650; 1,857.
- b) 400; 700; 1,750.
- c) 350; 700; 2,000.
- d) 300; 650; 2,167.
- e) 400; 650; 1,625.

105. Considere as seguintes afirmações sobre os efeitos de determinadas operações sobre a base monetária e sobre os meios de pagamento (M1):

- I. A compra de títulos públicos pelo Banco Central junto aos bancos comerciais, em operação de mercado aberto, expande a base monetária.
- II. O saque de depósitos à vista pelo público reduz, no momento em que ocorre, os meios de pagamento, uma vez que apenas os depósitos à vista integram o M1.
- III. A concessão de empréstimo por um banco comercial a uma empresa, com crédito em conta corrente, cria meios de pagamento sem alterar a base monetária.
- IV. A compra de dólares pelo Banco Central no mercado de câmbio, sem esterilização, expande a base monetária.
- V. O pagamento de tributos federais pelo público, com recursos de depósitos à vista, recolhidos à Conta Única do Tesouro no Banco Central, expande os meios de pagamento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) II, III e V.
- c) I, IV e V.
- d) I, III e IV.
- e) III e IV.

106. Considere a equação de trocas, $MV = PY$, em que M é a quantidade de moeda, V a velocidade de circulação da moeda, P o nível de preços e Y o produto real. De acordo com a teoria quantitativa da moeda, em sua formulação clássica,

- a) sendo a velocidade de circulação estável e o produto determinado por fatores reais, no nível de pleno emprego, o nível de preços varia na mesma proporção da quantidade de moeda, o que caracteriza a neutralidade da moeda.
- b) a velocidade de circulação da moeda é instável no curto prazo, razão pela qual a inflação é entendida como fenômeno essencialmente fiscal.

c) uma expansão monetária eleva o produto real de forma permanente, uma vez que preços e salários são rígidos.

d) mantida constante a velocidade, a taxa de inflação é aproximadamente igual à taxa de crescimento da oferta de moeda somada à taxa de crescimento do produto real.

e) a demanda por moeda depende fundamentalmente da taxa de juros, e não da renda nominal, como no motivo especulação de Keynes.

107. A respeito dos instrumentos clássicos de controle monetário à disposição do Banco Central do Brasil, é correto afirmar:

a) A venda de títulos públicos pelo Banco Central em operações de mercado aberto expande a liquidez do sistema bancário e reduz a taxa de juros de curto prazo.

b) O aumento da taxa cobrada nas operações de redesconto estimula os bancos a ampliar a concessão de crédito, por reduzir o custo de obtenção de reservas.

c) As operações de mercado aberto são o instrumento menos flexível de política monetária, por dependerem de alterações normativas do Conselho Monetário Nacional.

d) A meta para a taxa Selic é fixada pelo Conselho Monetário Nacional e perseguida pelo Banco Central por meio de alterações no recolhimento compulsório.

e) A elevação da alíquota do recolhimento compulsório sobre depósitos à vista reduz o multiplicador monetário e, com isso, tende a contrair os meios de pagamento, ainda que a base monetária permaneça inalterada.

108. Um país que adota a metodologia da sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6), a mesma seguida pelo Banco Central do Brasil, divulgou os seguintes dados para determinado ano (em US\$ bilhões):

Exportações de bens	300
Importações de bens	240
Serviços (saldo)	-40
Renda primária (saldo)	-60
Renda secundária (saldo)	5
Conta capital (saldo)	2
Erros e omissões	-3

Considerando que, na conta financeira, o sinal positivo indica aumento líquido de ativos (saída líquida de recursos) e o sinal negativo indica aumento líquido de passivos (entrada líquida de recursos), os saldos em transações correntes e da conta financeira foram, respectivamente,

- a) -35 e -30.
- b) -35 e -36.
- c) 25 e 24.
- d) -35 e 36.
- e) -40 e -41.

109. Sobre as relações econômicas internacionais e a política cambial, é correto afirmar:

- a) Os termos de troca correspondem à razão entre o índice de preços das exportações e o índice de preços das importações; uma melhora dos termos de troca eleva o poder de compra das exportações mesmo que o quantum exportado permaneça constante.
- b) Uma depreciação nominal da moeda doméstica implica, necessariamente, depreciação real, independentemente do comportamento dos preços internos e externos.
- c) A capacidade de importar de um país é medida pela razão entre importações e PIB, sendo tanto maior quanto mais aberta for a economia.
- d) Em regime de câmbio fixo, um déficit persistente no balanço de pagamentos é corrigido automaticamente pela depreciação da moeda, sem necessidade de intervenção do Banco Central.
- e) Em regime de câmbio flutuante puro, o Banco Central intervém no mercado para manter a taxa dentro de uma banda previamente anunciada.

110. No Sistema Financeiro Nacional, compete

- a) ao Banco Central do Brasil fixar as diretrizes gerais das políticas monetária e cambial e definir a meta de inflação a ser perseguida.
- b) à Comissão de Valores Mobiliários autorizar o funcionamento das instituições financeiras e fiscalizar os bancos comerciais.
- c) ao Conselho Monetário Nacional, órgão normativo máximo do sistema, regular a constituição e o funcionamento das instituições financeiras, disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e fixar as diretrizes da política cambial, sem exercer funções executivas.
- d) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na condição de autoridade monetária, executar o serviço de compensação de cheques e receber os recolhimentos compulsórios.
- e) ao Banco do Brasil, como banco emissor, emitir papel-moeda e administrar as reservas internacionais do país.

MICROECONOMIA*Marcos Nihari*

111. No mercado de bicicletas urbanas, uma mudança nas preferências dos consumidores ampliou a procura pelo produto. No mesmo período, a adoção de um novo processo produtivo reduziu os custos das fabricantes e ampliou a oferta. Considere que as curvas de demanda e de oferta tenham, respectivamente, inclinações negativa e positiva.

Comparativamente à situação inicial, haverá, necessariamente,

- a) elevação do preço e redução da quantidade de equilíbrio.
- b) redução do preço, permanecendo indeterminado o efeito sobre a quantidade de equilíbrio.
- c) elevação do preço, permanecendo indeterminado o efeito sobre a quantidade de equilíbrio.
- d) redução do preço e da quantidade de equilíbrio.
- e) elevação da quantidade de equilíbrio, permanecendo indeterminado o efeito sobre o preço.

112. As quantidades demandada e ofertada de um produto são representadas por:

$$Q_D = 260 - 4P \text{ e } Q_O = 20 + 2P$$

O governo fixa um preço máximo de R\$ 30,00 por unidade, efetivamente observado pelos vendedores. Na ausência de outras intervenções, esse preço provocará

- a) excesso de oferta de 60 unidades.
- b) excesso de demanda de 20 unidades.
- c) excesso de oferta de 40 unidades.
- d) igualdade entre as quantidades demandada e ofertada, ambas de 100 unidades.
- e) excesso de demanda de 60 unidades.

113. A demanda por determinado serviço é representada por

$$D_D = 1800/P^2, P > 0$$

Mantida essa função, a elasticidade-preço da demanda, em valor absoluto, e o efeito de uma elevação do preço sobre a receita total são, respectivamente,

- a) 0,5 e aumento da receita total.
- b) 1 e manutenção da receita total.
- c) 2 e aumento da receita total.
- d) 2 e redução da receita total.
- e) 0,5 e redução da receita total.

114. Sobre os fatores associados à elasticidade-preço da demanda, considere:

- I. A disponibilidade de substitutos próximos tende a tornar a demanda mais sensível a alterações do preço.
- II. A demanda por uma marca específica tende a ser menos elástica que a demanda pela categoria de produtos à qual essa marca pertence.
- III. Mantidas as demais condições, uma maior participação do gasto com o bem no orçamento do consumidor tende a elevar sua sensibilidade a alterações do preço.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

115. Uma firma perfeitamente competitiva enfrenta preço de mercado de R\$ 8,00 por unidade. O valor mínimo de sua curva de custo variável médio é de R\$ 10,00. A firma pode suspender temporariamente sua produção, mas não consegue evitar os custos fixos do período.

Para maximizar seu resultado econômico no curto prazo, deverá

- a) produzir no ponto mínimo do custo total médio.
- b) produzir qualquer quantidade para diluir os custos fixos.
- c) produzir no ponto em que o custo variável médio seja igual a R\$ 8,00.
- d) suspender a produção, suportando apenas os custos fixos.
- e) aumentar a produção até que a receita total seja igual ao custo fixo.

116. Em um mercado perfeitamente competitivo, a demanda total pelo produto é negativamente inclinada, mas cada firma individual é tomadora do preço de mercado. Essa combinação de características significa que

- a) cada firma pode aumentar seu preço sem perder compradores, desde que sua participação de mercado seja pequena.
- b) a receita marginal individual é decrescente porque a curva de demanda do mercado é decrescente.
- c) a firma individual enfrenta demanda perfeitamente inelástica ao preço determinado pelo mercado.
- d) a firma individual enfrenta demanda horizontal ao preço de mercado, embora alterações da produção agregada possam modificar esse preço.
- e) o preço de mercado é determinado exclusivamente pelo custo fixo das firmas.

117. Um monopolista que pratica preço único enfrenta a demanda inversa

$$P = 150 - 3q$$

e possui função de custo total

$$CT(q) = 200 + 30q + q^2$$

Admitindo que a empresa escolha a quantidade para maximizar seu lucro, os valores de quantidade produzida, preço e lucro econômico serão, respectivamente,

- a) 20 unidades, R\$ 90,00 e R\$ 600,00.
- b) 15 unidades, R\$ 105,00 e R\$ 700,00.
- c) 15 unidades, R\$ 60,00 e R\$ 25,00.
- d) 30 unidades, R\$ 60,00 e -R\$ 200,00.
- e) 10 unidades, R\$ 120,00 e R\$ 600,00.

118. No ponto de maximização de lucro de um monopolista de preço único, a elasticidade-preço da demanda, em valor absoluto, é igual a 2,5. O custo marginal nesse ponto é de R\$ 36,00 por unidade. Considere uma solução interior e demanda diferenciável.

O preço cobrado pelo monopolista é de

- a) R\$ 36,00.
- b) R\$ 45,00.
- c) R\$ 50,40.
- d) R\$ 90,00.
- e) R\$ 60,00.

119. Um monopolista de preço único obtém lucro econômico positivo. Uma revisão contratual reduz uma despesa fixa da empresa, sem modificar sua função de custo variável ou a demanda pelo produto.

No curto prazo, essa redução

- a) eleva a produção ótima e reduz o preço, pois diminui o custo marginal.
- b) reduz a produção ótima e eleva o preço, pois aumenta a margem de lucro desejada.
- c) aumenta o lucro econômico, sem alterar a quantidade e o preço que maximizam o lucro.
- d) reduz o preço na mesma proporção em que diminui o custo total médio.
- e) torna a receita marginal igual ao preço do produto.

120. Em uma cidade, numerosas empresas oferecem refeições prontas. Os produtos diferem quanto ao cardápio, à apresentação e ao atendimento. Não existem barreiras relevantes à entrada, e cada estabelecimento consegue elevar moderadamente seu preço sem perder todos os clientes.

No modelo de concorrência monopolística, essas características permitem concluir que cada estabelecimento

- a) enfrenta demanda horizontal e maximiza seu lucro igualando preço e custo marginal.
- b) detém o monopólio de todo o mercado de refeições prontas, podendo ignorar os produtos concorrentes.
- c) enfrenta demanda negativamente inclinada e, em uma solução interior de curto prazo, escolhe a quantidade em que receita marginal e custo marginal se igualam.
- d) obtém necessariamente lucro econômico nulo em qualquer período.
- e) determina sua quantidade de produção independentemente da diferenciação de seu produto.

121. Ao avaliar uma firma em concorrência monopolística, um pesquisador observa que ela produz a quantidade que maximiza seu resultado no curto prazo. A partir dessa informação, é correto concluir que

- a) seu preço é necessariamente igual ao custo total médio.
- b) seu lucro econômico é necessariamente positivo, pois vende produto diferenciado.
- c) sua produção ocorre necessariamente no ponto mínimo do custo total médio.
- d) seu preço é necessariamente igual ao custo marginal.
- e) seu lucro econômico pode ser positivo, nulo ou negativo, dependendo da relação entre preço e custo total médio na quantidade escolhida.

122. Duas firmas produzem um bem homogêneo e competem à maneira de Cournot, escolhendo simultaneamente suas quantidades. A demanda inversa de mercado é

$$P = 180 - 2Q, Q = q_1 + q_2$$

Cada firma possui custo marginal constante de R\$ 36,00 e custo fixo nulo. No equilíbrio simétrico, a quantidade produzida por cada firma e o preço de mercado serão, respectivamente,

- a) 24 unidades e R\$ 84,00.
- b) 36 unidades e R\$ 36,00.
- c) 18 unidades e R\$ 108,00.
- d) 24 unidades e R\$ 132,00.
- e) 36 unidades e R\$ 108,00.

123. Duas empresas comercializam um produto homogêneo, têm custo marginal constante de R\$ 28,00, não possuem custos fixos nem restrições de capacidade e escolhem seus preços simultaneamente. Os consumidores compram da empresa que cobrar o menor preço; se os preços forem iguais, a demanda será dividida igualmente. A demanda é positiva ao preço de R\$ 28,00.

No modelo de Bertrand com essas hipóteses, o equilíbrio ocorre quando

- a) ambas cobram preço superior a R\$ 28,00, assegurando lucro econômico positivo.
- b) uma cobra R\$ 28,00 e a outra cobra preço superior, sendo ambas lucrativas.
- c) ambas cobram R\$ 28,00, obtendo lucro econômico nulo.
- d) ambas cobram preço inferior a R\$ 28,00, compensando a margem negativa pelo volume vendido.
- e) cada empresa escolhe uma quantidade igual à metade da produção de monopólio.

124. Duas empresas idênticas produzem um bem homogêneo, enfrentam demanda inversa linear e possuem custo marginal constante e igual, inferior ao preço de reserva dos consumidores. Inicialmente, competem em quantidades à maneira de Cournot. Posteriormente, passam a coordenar suas decisões, com cumprimento integral do acordo, para maximizar o lucro conjunto.

Comparativamente ao equilíbrio inicial, a coordenação levará a

- a) aumento da quantidade total e redução do preço, pois elimina a duplicação de decisões.
- b) manutenção da quantidade total e do preço, pois a tecnologia permanece inalterada.
- c) aumento da quantidade total e do preço, pois o poder de mercado aumenta a demanda.
- d) redução da quantidade total e elevação do preço, aproximando o resultado daquele escolhido por um monopolista com os mesmos custos.
- e) redução da quantidade total e do preço, pois a receita marginal conjunta se torna igual à demanda.

MÉTODOS QUANTITATIVOS E AVALIAÇÃO DE IMPACTO

Carlos Henrique

125. Considere um modelo de regressão linear múltipla estimado por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Mantidas as demais hipóteses clássicas, a presença de heterocedasticidade nos erros faz com que os estimadores dos coeficientes sejam

- a) viesados e inconsistentes, embora as variâncias estimadas pelos métodos convencionais permaneçam válidas.
- b) não viesados e eficientes, permanecendo válidos os testes t e F usuais.
- c) não viesados e consistentes, mas deixem de ser os de variância mínima entre os estimadores lineares

não viesados, e os erros-padrão convencionais se tornem inadequados para inferência.

- d) viesados, embora consistentes, o que exige a estimação por variáveis instrumentais.
- e) não viesados, sendo a correção adequada a inclusão de defasagens da variável dependente como regressores.

126. Um pesquisador estimou a seguinte equação de salários:

$$\ln(\text{salário}) = 1,2 + 0,08 \cdot \text{educ} + 0,30 \cdot \ln(\text{exper})$$

em que educ é a escolaridade em anos e exper é a experiência em anos. Com base nos coeficientes estimados e mantidos os demais fatores constantes, é correto afirmar que

- a) um ano adicional de escolaridade está associado a um aumento de aproximadamente 8% no salário, e um aumento de 1% na experiência está associado a um aumento de aproximadamente 0,3% no salário.
- b) um ano adicional de escolaridade eleva o salário em 0,08 unidade monetária, e um ano adicional de experiência eleva o salário em 0,30 unidade monetária.
- c) um ano adicional de escolaridade eleva o salário em 8 pontos percentuais, e um aumento de 1% na experiência eleva o salário em 30%.
- d) um ano adicional de escolaridade eleva o salário em 0,08%, e a elasticidade do salário em relação à experiência é igual a 30.
- e) os coeficientes só podem ser interpretados depois de se aplicar a função exponencial aos dois lados da equação, pois os efeitos são não lineares.

127. Um pesquisador estima o efeito de um programa de qualificação profissional sobre a renda por meio de uma regressão que omite a habilidade individual. Essa variável não observada é correlacionada positivamente com a renda e com a participação no programa. Nessas condições, o coeficiente estimado da variável de participação

- a) é não viesado, pois a omissão de variáveis afeta apenas a variância dos estimadores.
- b) tende a subestimar o efeito verdadeiro do programa, pois a habilidade reduz a variância dos resíduos.
- c) é não viesado, desde que o coeficiente de determinação (R^2) do modelo seja elevado.
- d) é viesado para baixo, pois variáveis não observáveis sempre geram atenuação dos coeficientes.
- e) tende a superestimar o efeito verdadeiro do programa, pois o viés de variável omitida é positivo quando a variável omitida se correlaciona no mesmo sentido com a variável dependente e com o regressor incluído.

128. Em um modelo logit para a probabilidade de reincidência criminal, o coeficiente estimado da variável binária "participou de programa de trabalho prisional" foi igual a $-0,693$. Sabendo que $e^{(-0,693)} \approx 0,5$, é correto afirmar que, mantidas as demais variáveis constantes,

- a) a participação no programa reduz a probabilidade de reincidência em 69,3 pontos percentuais.
- b) a razão de chances (odds) de reincidência dos participantes corresponde a aproximadamente metade da razão de chances dos não participantes.
- c) a participação reduz a probabilidade de reincidência em exatamente 50%, qualquer que seja o perfil do indivíduo.
- d) o efeito marginal da participação sobre a probabilidade de reincidência é constante e igual a $-0,693$.
- e) o coeficiente não admite interpretação, pois o modelo logit é não linear nos parâmetros.

129. Sobre os modelos de variável dependente binária, considere as afirmações abaixo.

- I. O modelo de probabilidade linear (MPL) pode gerar probabilidades previstas inferiores a zero ou superiores a um.
- II. No MPL, os erros são necessariamente heterocedásticos, pois sua variância depende dos valores das variáveis explicativas.
- III. O modelo logit é estimado por MQO após a aplicação da transformação logarítmica à variável dependente binária.
- IV. No modelo logit, o efeito marginal de uma variável explicativa contínua sobre a probabilidade do evento depende dos valores assumidos pelas variáveis explicativas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

130. Na estatística computacional, o método bootstrap não paramétrico consiste em

- a) extrair da amostra original, com reposição, um grande número de amostras de mesmo tamanho, recalculando em cada uma a estatística de interesse para aproximar sua distribuição amostral.
- b) extrair da amostra original, sem reposição, amostras de tamanho $n - 1$, excluindo uma observação por vez, para estimar o viés do estimador.
- c) gerar dados artificiais a partir de uma distribuição normal com média e variância iguais às estimadas na amostra.
- d) dividir a amostra em k subconjuntos disjuntos para estimar o erro de previsão fora da amostra.
- e) obter intervalos de confiança cuja validade depende da normalidade da população de origem.

131. Sobre a seleção de modelos preditivos e o problema do sobreajuste (overfitting), é correto afirmar:

- a) Incluir regressores adicionais sempre reduz o erro de previsão fora da amostra, pois aumenta o R^2 do modelo.
- b) O R^2 calculado na própria amostra de estimação é o critério mais adequado para comparar a capacidade preditiva de modelos com diferentes números de parâmetros.
- c) Na validação cruzada k-fold, o modelo é estimado k vezes, cada vez deixando um dos k subconjuntos fora da estimação para avaliar o erro de previsão, e a média desses erros estima o desempenho do modelo fora da amostra.
- d) A validação cruzada leave-one-out corresponde ao caso particular em que $k = 2$.
- e) A validação cruzada, ao estimar o erro de previsão fora da amostra, garante a identificação de relações causais entre as variáveis.

132. O estimador de Diferenças-em-Diferenças (DiD) identifica o efeito causal de uma política pública sob a hipótese de que

- a) os grupos tratado e de controle apresentem o mesmo nível médio da variável de resultado antes da intervenção.
- b) a alocação ao tratamento tenha sido aleatória entre as unidades observadas.
- c) a participação no tratamento seja determinada por um limiar de uma variável contínua de elegibilidade.
- d) não existam diferenças não observáveis entre os grupos, sejam elas fixas ou variáveis no tempo.
- e) na ausência da intervenção, a trajetória média da variável de resultado do grupo tratado teria evoluído paralelamente à do grupo de controle.

133. Um município implantou um programa de qualificação profissional e deseja avaliar seu efeito

sobre a taxa de emprego. Os dados observados foram:

Grupo	Antes	Depois
Tratado	40%	55%
Controle	50%	58%

Pelo método de Diferenças-em-Diferenças, o efeito estimado do programa sobre a taxa de emprego é de

- a) 5 pontos percentuais.
- b) 7 pontos percentuais.
- c) 15 pontos percentuais.
- d) -3 pontos percentuais.
- e) 8 pontos percentuais.

134. Um programa concede bolsas de estudo a estudantes com nota igual ou superior a 600 em um exame. Para avaliar o efeito da bolsa sobre a conclusão do ensino superior por meio de Regressão com Descontinuidade (RDD), é correto afirmar:

- a) O método compara todos os beneficiários com todos os não beneficiários e estima o efeito médio do tratamento para toda a população de estudantes.
- b) O desenho é do tipo fuzzy quando a probabilidade de receber a bolsa salta de zero para um exatamente no ponto de corte.
- c) O efeito estimado é válido para estudantes em qualquer ponto da distribuição de notas, inclusive os muito distantes do limiar.
- d) A validade do método requer que os estudantes não consigam manipular com precisão sua nota em torno do ponto de corte, sendo o teste de densidade de McCrary utilizado para verificar acúmulo anormal de observações logo acima do limiar.
- e) A estimação deve priorizar as observações mais distantes do ponto de corte, pois elas reduzem a variância do estimador sem introduzir viés.

135. Sobre o Pareamento por Escore de Propensão (Propensity Score Matching – PSM), é correto afirmar que o método

- a) pressupõe que, condicionalmente às características observáveis, a participação no programa seja independente dos resultados potenciais, além de exigir a existência de suporte comum entre tratados e não tratados.
- b) corrige o viés de seleção decorrente de características não observáveis, como motivação e habilidade inata.
- c) estima o escore de propensão por meio da regressão da variável de resultado sobre as covariáveis observáveis.
- d) dispensa a sobreposição entre as distribuições dos escores de propensão dos grupos tratado e de controle.
- e) estima sempre o efeito médio do tratamento sobre toda a população e dispensa a verificação de balanceamento das covariáveis após o pareamento.

136. O método de Controle Sintético, utilizado na avaliação de impacto de políticas públicas,

- a) requer grande número de unidades tratadas e é aplicável sobretudo a microdados individuais de corte transversal.
- b) atribui às unidades do grupo doador pesos que podem ser negativos e que não precisam somar um, o que permite extrapolar para fora do conjunto de dados observados.
- c) constrói o contrafactual da unidade tratada como uma média ponderada das unidades do grupo doador, com pesos não negativos que somam um, escolhidos para reproduzir a trajetória da variável de resultado e das preditoras no período pré-tratamento.
- d) dispensa a disponibilidade de séries temporais no período anterior à intervenção, pois o ajuste é feito apenas com os dados posteriores.
- e) realiza a inferência estatística por meio dos erros-padrão assintóticos convencionais do estimador de MQO.

137. Na análise de custo-benefício social de um projeto, os fluxos foram valorados a preços-sombra e descontados à taxa social de desconto de 10% ao ano. O projeto exige investimento inicial de R\$ 1.000 mil ($t = 0$) e gera benefícios líquidos de R\$ 550 mil em $t = 1$ e de R\$ 726 mil em $t = 2$. O Valor Presente Líquido (VPL) social do projeto e a decisão correspondente são, respectivamente,

- a) R\$ 276 mil, sendo o projeto aceito.
- b) R\$ 100 mil, sendo o projeto aceito.
- c) R\$ 100 mil, sendo o projeto rejeitado, pois a relação benefício-custo é inferior a 1.
- d) zero, sendo o projeto indiferente do ponto de vista social.
- e) R\$ 1.100 mil, sendo o projeto aceito.

138. Dois programas de ressocialização são avaliados pelo critério de Análise de Custo-Efetividade (ACE):

Programa	Custo total	Reincidências evitadas
A	R\$ 2 milhões	100
B	R\$ 5 milhões	160

Com base nesses dados, é correto afirmar:

- a) A razão custo-efetividade incremental de B em relação a A é de R\$ 31.250 por reincidência evitada.
- b) A razão custo-efetividade incremental de B em relação a A é de R\$ 20.000 por reincidência evitada.
- c) Como a ACE monetiza os resultados dos programas, o programa B deve ser escolhido por apresentar maior Valor Presente Líquido.
- d) A razão custo-efetividade incremental de B em relação a A é de R\$ 50.000 por reincidência adicional evitada, e a escolha de B depende de a sociedade estar disposta a pagar ao menos esse valor por reincidência adicional evitada.
- e) O programa B é dominado pelo programa A, pois apresenta custo maior e efetividade menor.

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS*Paulo Portinho*

139. Uma empresa avalia dois projetos mutuamente excludentes, com a mesma taxa mínima de atratividade. O Projeto A apresenta VPL de R\$ 180 mil e TIR de 18% a.a.; o Projeto B apresenta VPL de R\$ 150 mil e TIR de 22% a.a. Os projetos possuem diferentes investimentos iniciais. Assinale a alternativa correta.

- a) O Projeto B deve ser escolhido necessariamente, porque apresenta a maior TIR.
- b) O Projeto A deve ser escolhido, em princípio, porque apresenta maior VPL à taxa de desconto relevante.
- c) Os dois projetos devem ser executados, porque ambos apresentam VPL positivo.
- d) O Projeto A deve ser escolhido, porque a TIR é sempre superior ao VPL como critério decisório.
- e) Não é possível utilizar o VPL em projetos mutuamente excludentes.

140. Na avaliação econômica de um projeto social de saneamento básico, a utilização de uma taxa de desconto social tem como finalidade principal:

- a) eliminar todos os riscos políticos do projeto.
- b) trazer para o presente os custos e benefícios sociais que ocorrerão em diferentes períodos.
- c) substituir a análise de impacto distributivo por uma análise contábil.
- d) considerar apenas os benefícios financeiros recebidos pelo governo.
- e) garantir que todo projeto com benefício social seja aprovado.

141. Um projeto exige investimento inicial de R\$ 100.000 e gera fluxos líquidos de R\$ 60.000 no primeiro ano e R\$ 60.000 no segundo ano. Considerando taxa de desconto de 10% a.a., o VPL aproximado é:

- a) R\$ 0.

- b) R\$ 4.132.
- c) R\$ 9.091.
- d) R\$ 14.876.
- e) R\$ 20.000.

142. Assinale a alternativa correta sobre o VPL.

- a) VPL positivo significa que o projeto necessariamente não possui risco.
- b) VPL positivo significa que o valor presente dos fluxos líquidos supera o investimento, à taxa de desconto adotada.
- c) VPL é a taxa que iguala o valor presente das entradas ao investimento.
- d) VPL independe da taxa de desconto.
- e) VPL positivo significa que o valor presente dos fluxos líquidos supera o investimento, à taxa de desconto que representa o custo de capital.

143. Um projeto apresenta TIR de 14% a.a. e a taxa mínima de atratividade é de 12% a.a. Considerando um fluxo convencional e ausência de restrições adicionais, o projeto:

- a) deve ser rejeitado, pois a TIR é positiva.
- b) deve ser aceito, pois a TIR supera a TMA.
- c) deve ser rejeitado, pois a TMA supera a TIR.
- d) não é possível saber, pois a TIR não define se o projeto pode ser realizado, apenas o VPL seria um indicador adequado.
- e) só pode ser aceito se o payback for inferior a um ano.

144. Um título gera fluxos de R\$ 500 no ano 1 e R\$ 1.500 no ano 2. Os valores presentes desses fluxos são, respectivamente, R\$ 455 e R\$ 1.240. A duration de Macaulay aproximada é:

- a) 1,00 ano.
- b) 1,50 ano.
- c) 1,73 ano.
- d) 1,85 ano.
- e) 2,00 anos.

145. Um título possui duration de Macaulay de 4,2 anos e yield de 5% a.a., com capitalização anual. Sua duration modificada é aproximadamente:

- a) 3,20.
- b) 4,00.
- c) 4,20.
- d) 4,41.
- e) 5,25.

146. Uma carteira de R\$ 20 milhões possui VaR diário de R\$ 600 mil, com nível de confiança de 95%. Isso significa que:

- a) a carteira perderá exatamente R\$ 600 mil em 95% dos dias.
- b) há aproximadamente 95% de confiança de que a perda diária não excederá R\$ 600 mil, sob as premissas do modelo.
- c) há 95% de probabilidade de a carteira ganhar R\$ 600 mil.
- d) a perda máxima absoluta da carteira é R\$ 600 mil.
- e) o VaR mede diretamente a probabilidade de inadimplência dos emissores.

147. Uma carteira vale R\$ 10 milhões, possui volatilidade diária de 1,5% e tem retorno médio diário desprezível. Considerando distribuição normal e fator de 2,33 para 99% de confiança, o VaR diário aproximado é:

- a) R\$ 150 mil.
- b) R\$ 233 mil.
- c) R\$ 300 mil.
- d) R\$ 349,5 mil.
- e) R\$ 2,33 milhões.

148. A taxa spot de um ano é 8% a.a. e a taxa spot de dois anos é 10% a.a., ambas com capitalização anual. A taxa a termo implícita entre o primeiro e o segundo ano é aproximadamente:

- a) 8,00%.
- b) 10,00%.
- c) 11,00%.
- d) 12,00%.
- e) 18,00%.

149. As principais teorias utilizadas para explicar a estrutura a termo das taxas de juros são:

- a) teoria dos dividendos, teoria do CAPM e teoria da agência.
- b) teoria das expectativas, teoria da preferência pela liquidez e teoria da segmentação de mercado.
- c) teoria do valor presente, teoria do payback e teoria da TIR.
- d) teoria da arbitragem contábil, teoria do balanço e teoria do capital de giro.
- e) teoria da eficiência operacional, teoria dos custos fixos e teoria da inflação passada.

150. Uma curva de juros negativamente inclinada, com taxas de curto prazo superiores às taxas de longo prazo, pode ser compatível com:

- a) expectativa de queda futura da inflação ou das taxas de juros.
- b) impossibilidade de redução futura das taxas de juros.
- c) certeza de crescimento acelerado da economia.
- d) ausência de qualquer expectativa dos agentes.
- e) necessidade de que títulos longos tenham sempre risco de crédito maior.

151. Uma empresa avalia os seguintes investimentos:

- **Projeto I:** instalar painéis solares para reduzir o gasto de energia da fábrica;
- **Projeto II:** substituir o sistema atual de gestão empresarial por uma solução de software de outro fornecedor;
- **Projeto III:** construir uma estação própria de tratamento de efluentes, exigida como condição para a ampliação da fábrica.

Considerando que a empresa já utiliza um sistema de gestão e pretende escolher entre mantê-lo ou substituí-lo, é correto afirmar que os projetos I, II e III são classificados, respectivamente, como:

- a) mutuamente excludente, independente e contingente.
- b) independente, mutuamente excludente e contingente/dependente.
- c) contingente, independente e mutuamente excludente.
- d) independente, contingente e mutuamente excludente.
- e) mutuamente excludente, contingente e independente.

152. Uma indústria estuda implantar uma nova linha de produtos. Para avaliar o projeto por VPL, a área financeira levantou os seguintes itens:

- I. Estudo de mercado contratado e pago há seis meses, no valor de R\$ 400 mil.
- II. Necessidade adicional de capital de giro de R\$ 2 milhões no início do projeto, integralmente recuperável ao término da operação.
- III. Perda anual de R\$ 600 mil de margem de contribuição de um produto atual, que poderá sofrer canibalização pelas vendas da nova linha.
- IV. Depreciação contábil anual dos equipamentos, sem impacto direto no caixa, desconsiderados efeitos tributários.
- V. Receita adicional esperada decorrente das vendas da nova linha.

Na elaboração do fluxo de caixa incremental do projeto, devem ser considerados diretamente:

- a) Apenas I e IV.
- b) Apenas II, III e V.
- c) Apenas I, II e V.
- d) Apenas II e IV.
- e) Apenas III, IV e V.

CONHECIMENTO EM CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA

Antônio Daud

153. Sabendo-se que os serviços públicos podem ser prestados indiretamente pelo Estado, mediante delegação de sua prestação, e considerando as definições da Lei nº 8.987/1995, é correto afirmar que:

- a) a concessão de serviço público é delegada a pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para o seu desempenho, por prazo indeterminado.
- b) a concessão de serviço público precedida da execução de obra pública dispensa licitação, dada a complexidade do objeto.
- c) a permissão de serviço público representa delegação a título precário, mediante licitação, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para o seu desempenho, por sua conta e risco, formalizada em contrato administrativo.
- d) no Brasil, o poder concedente é exclusivamente a União, cabendo aos demais entes federativos a prestação de serviços públicos mediante delegação federal via convênio.
- e) na concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, o investimento do concessionário é remunerado diretamente pelo poder concedente, mediante contraprestação pecuniária.

154. Concessionária de serviço público pretende interromper o fornecimento a usuário inadimplente.

Nos termos da Lei nº 8.987/1995, é correto afirmar:

- a) a interrupção por inadimplemento do usuário, após prévio aviso, não caracteriza descontinuidade do serviço, mas não poderá iniciar-se na sexta-feira, no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado.
- b) a interrupção por inadimplemento do usuário caracteriza descontinuidade do serviço, sendo permitida apenas em razão de débitos pretéritos de mais de 90 dias.
- c) a interrupção em situação de emergência depende, em qualquer caso, de aviso prévio ao usuário com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- d) a interrupção por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações somente é admitida mediante autorização judicial prévia.
- e) a atualidade do serviço não integra o conceito legal de serviço adequado, por depender de disponibilidade orçamentária do poder concedente.

155. A respeito da licitação para viabilizar concessão de serviço público, disciplinada pela Lei nº 8.987/1995, é correto afirmar:

- a) o único critério de julgamento admitido é o de menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado.
- b) é vedada a combinação do critério de maior oferta pela outorga com o de melhor técnica.
- c) é vedada a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento.
- d) o contrato de concessão não pode prever mecanismos privados de resolução de disputas, por envolver interesse público indisponível.
- e) o edital pode prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, hipótese em que, encerrada a fase de classificação das propostas, será aberto apenas o invólucro com os documentos de habilitação do licitante mais bem classificado, e não dos demais licitantes.

156. Concessionária de serviço público estadual promove, no curso do contrato, a transferência do controle societário a terceiro, sem submeter a operação ao poder concedente.

Nos termos da Lei nº 8.987/1995 e de entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), tal conduta

- a) é regular, por se tratar de ato societário privado, insuscetível de controle pelo poder concedente.
- b) implica a caducidade da concessão, uma vez que a transferência do controle societário sem prévia anuência do poder concedente é expressamente vedada.
- c) é irregular, pois exigiria prévio procedimento licitatório.
- d) é regular, desde que o adquirente comprove idoneidade financeira em até 180 (cento e oitenta) dias após a operação.
- e) implica a encampação da concessão, com prévio pagamento da indenização correspondente.

157. A respeito da intervenção na concessão de serviço público, prevista na Lei nº 8.987/1995, é correto afirmar:

- a) a intervenção será formalizada por portaria do dirigente do órgão regulador.
- b) declarada a intervenção, o poder concedente terá 90 (noventa) dias para instaurar o procedimento administrativo destinado a comprovar as causas determinantes da medida.
- c) a intervenção acarreta a extinção automática da concessão, com a imediata reversão dos bens vinculados ao serviço.
- d) declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa, devendo o procedimento ser concluído no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de invalidade da intervenção.
- e) cessada a intervenção, o serviço permanece sob a administração do interventor até a realização de nova licitação.

158. Determinado município catarinense pretende delegar, mediante concessão, a execução de obra e a prestação de serviço público de sua competência.

Nos termos da Lei nº 9.074/1995, é correto afirmar:

- a) a concessão e a permissão de serviços públicos independem de lei autorizativa em qualquer hipótese, bastando a prévia licitação.
- b) a exigência de lei autorizativa dirige-se exclusivamente à União, não alcançando Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) é vedado aos entes federativos executar obras e serviços públicos por meio de concessão e permissão de serviço público sem lei que os autorize e fixe os termos, dispensada a lei autorizativa nos casos de saneamento básico e limpeza urbana.
- d) a lei autorizativa é exigida apenas nas concessões precedidas da execução de obra pública, não se aplicando às concessões de serviços públicos.

e) a dispensa de lei autorizativa alcança todos os serviços de competência municipal, por força da autonomia local.

159. A respeito do conceito e das modalidades de parceria público-privada, nos termos da Lei nº 11.079/2004, é correto afirmar:

- a) concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- b) concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos em que não há contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- c) a concessão comum regida pela Lei nº 8.987/1995 constitui espécie de parceria público-privada, por envolver delegação de serviço público.
- d) as concessões patrocinadas em que mais de 50% da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependem de autorização legislativa específica.
- e) a parceria público-privada pode ter como objeto único o fornecimento e a instalação de equipamentos, desde que o valor do contrato seja superior a R\$ 10.000.000,00.

160. A respeito das diretrizes e das cláusulas dos contratos de parceria público-privada, nos termos da Lei nº 11.079/2004, é correto afirmar:

- a) a repartição de riscos entre as partes não alcança o caso fortuito e a força maior, que permanecem a cargo do parceiro privado.
- b) é vedado ao contrato prever remuneração variável vinculada ao desempenho do parceiro privado, por comprometer a previsibilidade da despesa pública e o princípio da responsabilidade fiscal.
- c) as funções de regulação e de exercício do poder de polícia podem ser delegadas ao parceiro privado, desde que expressamente previsto no contrato.
- d) as penalidades contratuais são aplicáveis somente ao parceiro privado, dada a supremacia do interesse público.
- e) a repartição objetiva de riscos entre as partes é diretriz legal e o contrato deverá considerá-la, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.

161. A abertura do procedimento licitatório de parceria público-privada está condicionada ao atendimento de requisitos prévios.

Nos termos da Lei nº 11.079/2004, é correto afirmar:

- a) a licitação deve ser realizada na modalidade pregão, no caso de os serviços objeto da parceria possuírem natureza comum.
- b) a abertura do processo licitatório condiciona-se, entre outros requisitos, à submissão da minuta de edital e de contrato à consulta pública e à licença ambiental prévia ou à expedição das diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento.
- c) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro é exigível apenas nas parcerias celebradas pela União.
- d) a autorização da autoridade competente independe de estudo técnico, bastando a demonstração da conveniência e da oportunidade da contratação.
- e) a consulta pública é facultativa, cabendo ao edital dispor sobre a sua realização.

162. A Lei nº 11.079/2004 estabelece limites fiscais à contratação de parcerias público-privadas, tomando por referência a receita corrente líquida.

A respeito do tema, é correto afirmar:

- a) não há limite fiscal para a contratação de parcerias, bastando a previsão da despesa na lei orçamentária anual.
- b) o limite aplicável à União é de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida, e o aplicável aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é de 1% (um por cento).
- c) os limites incidem apenas sobre as despesas do exercício em curso, não alcançando os exercícios subsequentes.
- d) a União somente poderá contratar parceria público-privada quando a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas não tiver excedido, no ano anterior, a 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício, não havendo limite expresso na mencionada lei para os entes subnacionais.
- e) os limites fiscais não condicionam a concessão de garantias ou a realização de transferências voluntárias da União aos demais entes federativos.

163. A respeito das manifestações dos usuários e das ouvidorias, nos termos da Lei nº 13.460/2017, é correto afirmar:

- a) a apresentação de manifestação exige o reconhecimento de firma ou a apresentação de documento original de identificação do usuário.
- b) as manifestações somente podem ser apresentadas por meio eletrônico, vedada em regra a forma verbal.
- c) a ouvidoria deverá responder conclusivamente à manifestação no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.
- d) por envolver matéria de ordem pública, os entes federativos não detêm autonomia para dispor sobre organização ou funcionamento de suas ouvidorias.
- e) a ouvidoria não pode solicitar informações a outros agentes públicos, devendo responder com base exclusivamente nos elementos trazidos pelo usuário.

164. A respeito da Carta de Serviços ao Usuário e da avaliação continuada dos serviços públicos, nos termos da Lei nº 13.460/2017, é correto afirmar:

- a) a Carta de Serviços ao Usuário deve informar os serviços oferecidos, os requisitos e documentos exigidos, as etapas de processamento e o prazo máximo para a prestação do serviço, devendo ser objeto de atualização periódica e de permanente divulgação em sítio eletrônico oficial.
- b) a Carta de Serviços ao Usuário é documento de elaboração facultativa, restrito aos órgãos da administração direta federal.
- c) a avaliação dos serviços públicos deve ser realizada por pesquisa de satisfação, no mínimo, a cada quatro anos.
- d) os resultados da avaliação são de uso interno do órgão, sendo vedada a sua divulgação, a fim de preservar a imagem institucional.
- e) os conselhos de usuários têm natureza deliberativa e suas decisões vinculam a administração quanto à fixação de tarifas.

165. A respeito da relação entre a Lei nº 14.133/2021 e os contratos de concessão e de parceria público-privada, é correto afirmar:

- a) a Lei nº 14.133/2021 revogou integralmente as Leis nº 8.987/1995 e nº 11.079/2004, passando a disciplinar diretamente as concessões e as parcerias público-privadas.
 - b) a Lei nº 14.133/2021 é inteiramente inaplicável às concessões e às parcerias público-privadas, que se submetem a regime jurídico autônomo.
 - c) a Lei nº 14.133/2021 aplica-se de forma direta e prioritária às concessões, afastando as disposições específicas das leis setoriais.
 - d) a aplicação subsidiária da Lei nº 14.133/2021 depende de previsão expressa no edital e no contrato de concessão.
 - e) as disposições da Lei nº 14.133/2021 aplicam-se subsidiariamente à Lei nº 8.987/1995 e à Lei nº 11.079/2004.
-

166. Ente estadual pretende estruturar projeto de infraestrutura cuja solução técnica não consegue definir com precisão suficiente, havendo necessidade de adaptação das soluções disponíveis no mercado.

A respeito do diálogo competitivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar:

- a) a modalidade é cabível para a contratação de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho possam ser objetivamente definidos no edital.
- b) a modalidade é restrita a contratações em que a Administração vise a contratar objeto que envolva inovação tecnológica ou técnica, ou a impossibilidade de ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado, ou ainda a impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente, sendo também admitida sua adoção na concessão de serviços públicos.
- c) no diálogo competitivo a Administração está dispensada de divulgar edital, bastando a convocação direta dos licitantes previamente cadastrados.
- d) o diálogo competitivo é modalidade privativa da União, não podendo ser adotado por Estados, Distrito Federal e Municípios.
- e) concluída a fase de diálogo, é vedada a apresentação de novas propostas pelos licitantes, prevalecendo as soluções apresentadas durante os diálogos.

FINANÇAS PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE FISCAL

Leandro Ravyelle

167. Ao preparar material destinado à capacitação de novos servidores de uma Secretaria de Fazenda, um analista afirmou que a atividade financeira do Estado compreende diferentes campos relacionados à obtenção, administração e aplicação dos recursos necessários à satisfação das necessidades públicas.

A esse respeito, considere as seguintes associações:

- I. Obter recursos — receita pública.
- II. Despender recursos — despesa pública.
- III. Gerir recursos — orçamento público.
- IV. Criar recursos — crédito público.
- V. Fiscalizar recursos — política monetária.

As associações que correspondem, segundo a concepção tradicional do Direito Financeiro, aos componentes fundamentais da atividade financeira do Estado estão corretamente indicadas APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I, III, IV e V.
- c) II, III e V.
- d) I, II, III e IV.
- e) II, IV e V.

168. Em determinada autarquia estadual, a administração decidiu aperfeiçoar seu sistema de planejamento e controle. Até então, as metas orçamentárias eram definidas exclusivamente pela alta administração e utilizadas, ao final do período, como principal parâmetro para avaliar os responsáveis pelos centros de responsabilidade. Após sucessivas divergências entre valores orçados e realizados, constatou-se que os gestores operacionais detinham informações relevantes sobre custos, capacidade de execução e condições locais que não eram consideradas na elaboração do orçamento.

Considerando os aspectos comportamentais do processo orçamentário, a mensuração de desempenho e os mecanismos de controle gerencial, é correto afirmar que

- a) a participação dos gestores na elaboração do orçamento deve ser evitada, pois a assimetria informacional é eliminada quando as metas são estabelecidas exclusivamente pela alta administração.
- b) a descentralização decisória torna dispensável o controle orçamentário formal, uma vez que a atribuição de responsabilidade aos gestores substitui a necessidade de comparação entre resultados planejados e realizados.
- c) a adoção de orçamento participativo impede a formação de folga orçamentária, pois a participação dos responsáveis pela execução elimina comportamentos oportunistas na definição das metas.
- d) a eficácia do controle orçamentário pode ser favorecida pela participação dos gestores na definição das metas, especialmente pelo aproveitamento de informações locais e pelo maior comprometimento com os objetivos, embora a participação, isoladamente, não elimine o risco de folga orçamentária.
- e) a avaliação de desempenho deve concentrar-se exclusivamente nas variações entre valores orçados e realizados, pois indicadores não financeiros não apresentam relação objetiva com o cumprimento das metas organizacionais.

169. Durante a elaboração da proposta orçamentária de determinado Estado, a equipe técnica discutiu a possibilidade de vincular previamente determinadas receitas públicas ao financiamento de programas governamentais específicos. Um dos técnicos ponderou que a Constituição Federal estabelece restrição específica quanto à vinculação de determinada espécie de receita, embora admita exceções expressamente previstas no próprio texto constitucional.

Considerando os princípios orçamentários e as normas constitucionais aplicáveis, é correto afirmar que

- a) o princípio da universalidade impede a vinculação de quaisquer receitas públicas a órgão, fundo ou despesa, alcançando indistintamente impostos, taxas, contribuições e receitas patrimoniais.
- b) o princípio da não afetação impede a vinculação da receita proveniente de qualquer tributo, ressalvadas apenas as transferências constitucionais entre os entes da Federação.
- c) o princípio da exclusividade determina que as receitas de impostos sejam destinadas exclusivamente às despesas previstas na LOA, sendo vedada sua vinculação previamente estabelecida pela Constituição.
- d) o princípio da não vinculação da receita de impostos veda, como regra, a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, sem prejuízo das exceções constitucionalmente estabelecidas, entre as quais se encontram destinações para ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino.
- e) o princípio da unidade determina que as receitas provenientes de impostos integrem um caixa único e, por essa razão, proíbe inclusive as vinculações constitucionais destinadas à saúde, à educação e à administração tributária.

170. Na preparação do ciclo orçamentário de determinado ente federativo, servidores responsáveis pela elaboração da proposta discutiram quais matérias deveriam ser disciplinadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e quais pertenciam propriamente ao conteúdo da Lei Orçamentária Anual (LOA) ou da respectiva proposta.

À luz da Constituição Federal e das normas gerais de Direito Financeiro, constitui matéria própria da Lei de Diretrizes Orçamentárias

- a) o quadro discriminativo das receitas por fontes e respectiva legislação, acompanhado do sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do governo.
- b) o demonstrativo regionalizado do efeito, sobre receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, que deve acompanhar o projeto da LDO.
- c) a fixação das dotações que compõem os orçamentos fiscal, de investimento das empresas estatais e da seguridade social, observada a programação estabelecida para o exercício.
- d) a definição dos limites a serem observados pelos órgãos constitucionalmente dotados de autonomia na elaboração de suas propostas orçamentárias, nos termos estabelecidos pela Constituição.
- e) as tabelas explicativas contendo, em colunas distintas, as receitas arrecadadas e as despesas realizadas em exercícios anteriores, por constituírem conteúdo necessário da LDO para orientar a elaboração da LOA.

171. Durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual da União, determinado parlamentar pretende apresentar emenda individual impositiva destinando recursos a um Município para a implantação de equipamentos públicos. O parlamentar pretende que os valores sejam repassados diretamente ao ente beneficiário, sem celebração de convênio ou instrumento congênere. Na discussão da proposta, foram levantadas dúvidas quanto ao regime constitucional das emendas parlamentares e às modalidades de transferência dos respectivos recursos.

Considerando a disciplina da Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) a transferência direta pretendida é incompatível com o regime das emendas individuais impositivas, pois a descentralização de recursos da União para outro ente federado exige, em qualquer hipótese, convênio ou instrumento congênere.
- b) os recursos de emendas individuais destinados a Estados, Distrito Federal e Municípios somente poderão ser transferidos com finalidade definida, ficando vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar e às áreas de competência constitucional da União.
- c) a transferência especial dispensa a celebração de convênio ou instrumento congênere, mas os recursos permanecerão vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar e deverão ser aplicados exclusivamente em áreas de competência constitucional da União.
- d) a transferência especial permite o repasse direto ao ente federado beneficiário, independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, mas os recursos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais nem de encargos referentes ao serviço da dívida.
- e) os recursos recebidos por transferência especial integram a receita do ente beneficiário para fins de cálculo dos limites de despesa com pessoal e de endividamento, embora não sejam considerados para fins de repartição constitucional de receitas.

172. Ao encerrar o exercício financeiro, a Secretaria de Fazenda de determinado Estado apurou saldo positivo no balanço de um fundo especial, instituído por lei para financiar ações permanentes de modernização da administração tributária. Diante da existência de recursos não utilizados, a equipe responsável pela elaboração do orçamento do exercício subsequente discutiu a possibilidade de sua incorporação ao novo orçamento e eventual utilização em outras finalidades governamentais.

Considerando exclusivamente o regime geral dos fundos especiais estabelecido pela Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que o saldo positivo apurado

- a) perde sua vinculação com o encerramento do exercício financeiro, podendo ser incorporado às disponibilidades ordinárias do Tesouro, em observância ao princípio da unidade de tesouraria.
- b) deve ser automaticamente considerado receita orçamentária do exercício seguinte, independentemente de sua incorporação ao orçamento do fundo, uma vez que a vinculação legal prevalece sobre o princípio da anualidade.
- c) somente poderá permanecer vinculado ao fundo mediante autorização específica na Lei Orçamentária Anual do exercício subsequente, pois as vinculações de receitas extinguem-se com o encerramento do exercício financeiro.
- d) será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo, salvo se a própria lei que o instituiu determinar solução diversa, devendo sua utilização observar a correspondente disciplina orçamentária.
- e) deverá ser recolhido ao Tesouro ao final do exercício, podendo retornar ao fundo mediante abertura de crédito extraordinário no exercício subsequente.

173. Durante a execução do orçamento anual de determinada entidade pública, a unidade responsável pelo planejamento passou a produzir relatórios periódicos confrontando as metas físicas e financeiras programadas com os resultados efetivamente alcançados. Além de acompanhar indicadores de desempenho e a evolução da execução, a equipe identifica desvios entre o planejado e o realizado e busca suas causas, de modo a fornecer informações tempestivas aos gestores para eventual adoção de medidas corretivas ainda durante o exercício.

No contexto das etapas relacionadas ao ciclo e ao controle orçamentário, as atividades descritas caracterizam predominantemente

- a) a avaliação do orçamento, por corresponder exclusivamente ao exame conclusivo dos resultados alcançados após o encerramento do exercício.
- b) a implementação do orçamento, por representar a realização material das ações e a utilização dos recursos previamente autorizados.
- c) o monitoramento do orçamento, por envolver acompanhamento sistemático da execução, comparação entre resultados planejados e realizados e identificação tempestiva de desvios.
- d) a aprovação do orçamento, por envolver o controle da compatibilidade entre metas estabelecidas e recursos autorizados pelo Poder Legislativo.
- e) o alinhamento estratégico do orçamento, por consistir na compatibilização posterior das despesas executadas com os objetivos definidos no planejamento governamental.

174. Durante a execução de contrato administrativo destinado à reforma e modernização de um hospital estadual, constatou-se a necessidade de ampliar determinados serviços originalmente previstos, mediante alteração contratual admitida pela legislação. A despesa correspondente à reforma já possui dotação específica na Lei Orçamentária Anual, porém o saldo disponível nessa dotação é insuficiente para suportar o acréscimo contratual. A Secretaria de Fazenda informou, ainda, existir excesso de arrecadação, apurado na forma da legislação financeira, suficiente para suportar o reforço necessário.

Considerando a Constituição Federal e a Lei nº 4.320/1964, o atendimento da despesa adicional

- a) exige crédito especial, pois o aumento do valor originalmente autorizado para o contrato constitui nova despesa, ainda que já exista dotação específica para a reforma do hospital.
- b) pode ser realizado diretamente à conta do excesso de arrecadação, independentemente de crédito adicional, pois a existência de recurso financeiro disponível supre a insuficiência da autorização orçamentária.
- c) exige crédito suplementar, destinado ao reforço da dotação já existente, cuja abertura depende de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis, podendo o excesso de arrecadação não comprometido constituir fonte para sua abertura.
- d) exige crédito extraordinário, uma vez que a necessidade de ampliar quantitativos de contrato em execução constitui despesa superveniente e não prevista no momento da aprovação da Lei Orçamentária Anual.
- e) pode ser atendido mediante transposição direta do saldo de outra programação orçamentária por ato do Poder Executivo, independentemente de autorização legislativa, desde que preservado o valor global da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual.

175. Durante a elaboração da programação financeira de determinado Estado, a Secretaria da Fazenda identificou, entre os ingressos previstos para o exercício, receitas provenientes de aluguéis de imóveis públicos, arrecadação de impostos, alienação de veículos oficiais inservíveis e venda de imóvel integrante do patrimônio estadual. Na análise da possível destinação desses recursos, cogitou-se utilizar parte da receita obtida com a alienação dos ativos para financiar despesas correntes do regime próprio de previdência dos servidores, mediante previsão legal específica.

Considerando a classificação das receitas públicas e as restrições estabelecidas pela Lei nº 4.320/1964 e pela Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar:

- a) as receitas provenientes de aluguéis de imóveis públicos são receitas derivadas, classificadas como receitas correntes patrimoniais, pois decorrem do poder estatal de exploração compulsória de seu patrimônio.
- b) a arrecadação de impostos constitui receita originária e, em razão do princípio da não afetação, não poderá, em nenhuma hipótese, ser vinculada a órgão, fundo ou despesa.
- c) os recursos obtidos com a alienação de veículos oficiais e imóveis públicos constituem ingressos extraorçamentários, pois resultam da conversão de elementos patrimoniais em disponibilidades financeiras, sem aumento do patrimônio líquido estatal.
- d) as receitas decorrentes da alienação de bens que integram o patrimônio público são receitas de capital e, embora em regra não possam financiar despesas correntes, admite-se sua destinação, por lei, aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- e) as receitas provenientes da alienação de bens públicos são classificadas como receitas correntes originárias e podem financiar livremente despesas de custeio, desde que a alienação tenha sido autorizada na Lei Orçamentária Anual.

176. Após processo administrativo regularmente instaurado, determinado Estado apurou que uma empresa contratada pela Administração deveria restituir R\$ 850.000,00 recebidos indevidamente durante a execução de contrato de prestação de serviços. A decisão administrativa tornou-se definitiva, o valor foi individualizado e o prazo concedido para recolhimento transcorreu sem pagamento. A Procuradoria do Estado pretende, então, promover a inscrição do crédito em Dívida Ativa, extrair a correspondente Certidão de Dívida Ativa (CDA) e ajuizar execução fiscal.

Considerando a disciplina da Lei nº 4.320/1964 e da Lei nº 6.830/1980, é correto afirmar que a providência pretendida

- a) é inviável, pois somente créditos decorrentes de obrigação tributária podem ser inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução fiscal, devendo a restituição contratual ser objeto de ação de conhecimento.
- b) é juridicamente possível quanto à inscrição, mas a cobrança pela via da execução fiscal dependerá de prévia constituição judicial do crédito, uma vez que a CDA constitui título executivo apenas quando originada de dívida tributária.
- c) é legítima, pois restituições e créditos decorrentes de contratos podem integrar a Dívida Ativa não tributária, desde que o crédito seja exigível e tenham sido apuradas sua liquidez e certeza, sendo a CDA regularmente constituída apta a instruir a execução fiscal.
- d) é inviável, porque a inscrição em Dívida Ativa não tributária somente alcança multas administrativas e contratuais, não compreendendo restituições ou outros créditos decorrentes de relações contratuais da Administração.
- e) é legítima apenas se o crédito for previamente convertido em obrigação tributária mediante lançamento, pois a Lei de Execução Fiscal admite a cobrança judicial de créditos não tributários somente quando equiparados a tributos por lei.

177. Durante a elaboração da proposta orçamentária de determinado Estado, foram previstas dotações para reparos no telhado, substituição de revestimentos deteriorados e adequação das instalações elétricas de um prédio público já utilizado pela Administração, sem ampliação da área construída ou criação de nova unidade administrativa. Também foram programados gastos ordinários necessários à continuidade do funcionamento do órgão.

Considerando exclusivamente a classificação estabelecida pela Lei nº 4.320/1964, as dotações destinadas às intervenções descritas no imóvel e à manutenção dos serviços já existentes devem ser classificadas como

- a) despesas de capital, na modalidade investimentos, pois toda intervenção material realizada em imóvel público constitui obra pública para fins orçamentários.
- b) transferências correntes, por se destinarem à manutenção das atividades administrativas sem resultar na criação de novo serviço público.
- c) despesas correntes, na espécie despesas de custeio, uma vez que compreendem dotações destinadas à manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- d) despesas de capital, na espécie inversões financeiras, porque a realização de adaptações em bem imóvel já incorporado ao patrimônio público representa aplicação de recursos em ativo preexistente.
- e) transferências de capital, pois as intervenções realizadas em bens imóveis da Administração possuem natureza patrimonial e independem da existência de contraprestação direta em bens ou serviços.

178. Ao examinar as contas de determinado Município, o Tribunal de Contas constatou que a Secretaria Municipal de Saúde celebrou contratos com empresas privadas para disponibilização de profissionais que passaram a exercer, nas unidades de saúde administradas diretamente pelo Município, atividades anteriormente desempenhadas por servidores integrantes do quadro municipal. A Administração classificou integralmente os valores pagos como simples serviços de terceiros, excluindo-os da apuração da despesa total com pessoal.

À luz da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), é correto afirmar que os valores relativos à mão de obra terceirizada que caracterize substituição de servidores públicos

- a) devem ser contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal” e considerados na despesa total com pessoal, sujeitando-se o Município ao limite global de 60% da receita corrente líquida.
- b) constituem “Outros Serviços de Terceiros”, não integrando a despesa total com pessoal, ainda que os trabalhadores terceirizados exerçam atividades correspondentes às desempenhadas por servidores do quadro municipal.
- c) devem ser classificados como “Pessoal e Encargos Sociais”, exclusivamente, sendo computados na despesa total com pessoal do Município, cujo limite global corresponde a 50% da receita corrente líquida.
- d) caracterizam necessariamente despesa obrigatória de caráter continuado, submetida ao art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas não integram a despesa total com pessoal, por inexistir vínculo funcional entre os trabalhadores e o Município.
- e) somente serão consideradas despesa com pessoal se a terceirização tiver sido celebrada por prazo superior a dois exercícios financeiros e resultar em obrigação legal de caráter continuado para o Município.

179. Durante a elaboração da proposta orçamentária para 2027, determinado Estado identificou dificuldades financeiras enfrentadas por uma sociedade empresária privada responsável pela prestação de serviço considerado estratégico para a economia regional. Diante do risco de interrupção das atividades, o Poder Executivo pretende conceder à empresa financiamento em condições favorecidas e, adicionalmente, aporte destinado à cobertura parcial de seu déficit operacional.

A equipe técnica informou que há interesse público na medida e disponibilidade financeira no Tesouro Estadual, mas que a Lei Orçamentária Anual vigente não contém dotação específica para essa finalidade.

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 sobre a destinação de recursos públicos ao setor privado, é correto afirmar que

- a) a demonstração de relevante interesse econômico e social permite a concessão dos recursos por ato do Poder Executivo, sendo dispensáveis lei específica e previsão orçamentária quando o beneficiário exercer atividade estratégica.
- b) a exigência de autorização por lei específica restringe-se às subvenções destinadas à cobertura de déficits de pessoas jurídicas, não alcançando empréstimos, financiamentos, refinanciamentos ou participação em aumento de capital.
- c) a destinação poderá ser realizada mediante abertura de crédito adicional pelo Poder Executivo, ainda que inexistir lei específica, desde que a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleça genericamente condições para o apoio financeiro a empresas privadas.
- d) a destinação dos recursos deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e possuir previsão no orçamento ou em créditos adicionais, abrangendo a disciplina da LRF, entre outras hipóteses, a concessão de empréstimos, financiamentos, refinanciamentos e subvenções.

e) as exigências da LRF alcançam apenas a Administração direta e as autarquias, não incidindo sobre fundações públicas ou empresas estatais que realizem operações de apoio financeiro ao setor privado.

180. Ao realizar a gestão de suas disponibilidades financeiras, determinado Estado da Federação decidiu aplicar parcela temporariamente ociosa de seus recursos na aquisição de títulos da dívida pública federal emitidos pela União. Durante auditoria, levantou-se dúvida quanto à compatibilidade da operação com a vedação da Lei de Responsabilidade Fiscal à realização de operações de crédito entre entes da Federação.

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que a aquisição

- a) é vedada, pois a compra de títulos emitidos pela União por outro ente federativo configura operação de crédito entre entes da Federação, independentemente da finalidade da aquisição.
- b) é permitida somente quando os títulos adquiridos tiverem prazo de resgate inferior a doze meses, pois, ultrapassado esse período, passam a integrar a dívida consolidada do ente adquirente.
- c) é permitida, pois a LRF expressamente estabelece que a vedação às operações de crédito entre entes da Federação não impede Estados e Municípios de comprarem títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades.
- d) é vedada, salvo se previamente autorizada pelo Senado Federal, uma vez que a aquisição de títulos federais por Estados ou Municípios é equiparada à concessão de garantia entre entes federativos.
- e) é permitida apenas quando intermediada por instituição financeira estatal, pois a LRF excepciona da vedação às operações intergovernamentais exclusivamente aquelas realizadas por instituições financeiras controladas pelo Poder Público.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>